



FACULDADE CALAFIORI

MARIANA DE OLIVEIRA SOUZA
NARA LAUREN FERREIRA DE SOUZA

**A INCLUSÃO DO AUTISTA NO SISTEMA
REGULAR DE ENSINO:** uma perspectiva de
desenvolvimento educacional e social

São Sebastião do Paraíso - MG
2014

MARIANA DE OLIVEIRA SOUZA
NARA LAUREN FERREIRA DE SOUZA

**A INCLUSÃO DO AUTISTA NO SISTEMA
REGULAR DE ENSINO:** uma perspectiva de
desenvolvimento educacional e social

Monografia apresentada à
Faculdade Calafiori, como parte
dos requisitos para a obtenção do
título de Licenciados em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Ms. Adriana
Regina Silva Leite.

Co-orientador: Márcio Westin.

Linha de pesquisa: Situações e
práticas pedagógicas

São Sebastião do Paraíso - MG
2014

**TEMA: A INCLUSÃO DO AUTISTA NO SISTEMA REGULAR
DE ENSINO:** uma perspectiva de desenvolvimento educacional
e social

CURSO DE PEDAGOGIA

AValiação:() _____

Professor Orientador

Professor Co-Orientador

Professor Avaliador da Banca

Professor Avaliador da Banca

Eu, Mariana, dedico este trabalho à minha família, principalmente a minha mãe Luzia de Oliveira Souza e ao meu namorado e amigo Diego André Leão, que me incentivaram e me deram coragem para seguir sempre em frente na busca de meus sonhos.

Eu, Nara, dedico este trabalho à minha família, principalmente aos meus pais pelo amor, incentivo e apoio incondicional, meus maiores exemplos, pelas orações feitas para que tudo tivesse no caminho correto.

AGRADECIMENTOS

Eu, Mariana, agradeço a Deus todos os dias por me dar força e perseverança, para com muita fé e coragem lutar contra os obstáculos que encontrei por todo o caminho a todos que me ajudaram direta ou indiretamente, apoiando sempre nesta caminhada; de coração e com imensa gratidão;

Agradeço a Prof^a Ms. Adriana Regina Silva Leite por nos apoiar e incentivar desde o começo desta pesquisa, nos encorajando como verdadeiras guerreiras na busca de seguir até o fim procurando fazer sempre um bom trabalho;

Eu, Nara, agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades com muita fé.

Agradeço a Prof^a Ms. Adriana Regina Silva Leite que, com muita paciência e atenção dedicou seu tempo para nos orientar, apoiar e incentivar a cada passo deste trabalho.

E agradeço também a minha companheira Mariana por termos conseguido realizar este trabalho com muita união, solidariedade, compromisso, somando conhecimentos e transformando-os em realidade.

Todos aqueles que alguma forma me ajudou direta ou indiretamente, dando força, passando tranquilidade e calma que tudo daria certo.

“Dispense o caminho fácil que o moralismo nos oferece. Ouse experimentar o estreito caminho que nos leva ao coração das contradições humanas.”

Pe. Fábio de Melo

"Mudar é difícil, mas é possível".

Paulo Freire

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AUTISMO: BREVE HISTÓRICO E CAUSAS POSSÍVEIS DO AUTISMO	14
2.1 ESTUDOS RECENTES SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA.....	17
2.2 SINAIS E SINTOMAS DO AUTISMO.....	20
2.3 DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO- TEA: PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS.....	22
3 O AUTISTA INFANTIL, A INCLUSÃO E A ESCOLA DE ENSINO REGULAR ...24	
3.1 ALGUNS ASPECTOS DO PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR.....	24
3.2 TRABALHANDO COM O AUTISTA NA ESCOLA REGULAR.....	31
4 METODOLOGIA	42
4.1 MÉTODO DE ABORDAGEM.....	42
4.2 TIPO DE PESQUISA.....	42
4.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA DE DADOS.....	43
4.4 LÓCUS DA PESQUISA.....	43
4.5 AMOSTRAGEM QUALITATIVA.....	43
4.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	44
4.7 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	44
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	45
5.1 APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	45
5.1.1 PROFESSORA REGENTE.....	45
5.1.2 PROFESSORA DE APOIO.....	46
5.1.3 PAIS DO TEA INCLUÍDO.....	46
5.1.4 PESSOA COM TEA INCLUIDA NO MERCADO DE TRABALHO.....	47
5.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	47
5.2.1 INCLUSÃO, VIDA SOCIAL E EXPECTATIVAS PARA O FUTURO.....	48
5.2.2 AUTONOMIA, A BUSCA DE DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM TEA.....	54
6 CONCLUSÃO	57

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXOS	62
Perguntas ao professor regente.....	62
Relato da professora de apoio.....	63
Perguntas direcionadas para os pais do aluno com TEA.....	65
Perguntas direcionadas a pessoa com TEA.....	66
Parecer do NIP- Calafiori.....	67
Termo de participação e de consentimento livre e esclarecido.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ASA – *Autism Society of American*

DAE - Administradas Drogas Antiepilépticas

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB - Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

NEE - Necessidades Educativas Especiais

OMS - Organização Mundial da Saúde

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PEI - Plano Individual de Ensino

PPP - Projeto Político Pedagógico

TEA - Transtorno do Espectro do Autista

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como vem sendo realizado o processo de inclusão de criança do espectro autismo na rede regular de ensino e quais são as perspectivas de desenvolvimento humano e social desses educandos. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de cunho qualitativo com o intuito de responder as indagações do objeto pesquisado, que será dividida em dois momentos. No primeiro momento ocorreu o registro de conhecimentos bibliográficos baseados em artigos publicados em revistas indexadas na base *Scielo*, em revistas impressas classificadas e livros, os quais consistiram referenciais teóricos fundamentais ao embasamento da pesquisa de campo. Em segundo momento fez-se a pesquisa de campo que utilizou a entrevista como instrumento de coleta de dados. O lócus da pesquisa foi duas cidades mineiras da microrregião de São Sebastião do Paraíso. A busca de uma educação de igualdade foi nosso enfoque para realização da pesquisa. O autismo ainda não pode ser diagnosticado em exames clínicos, e sim através da dedicação e do cuidado que os pais devem ter no decorrer do desenvolvimento de seus filhos. A partir dos dez meses de idade a criança já pode ser diagnosticada e de acordo com as características que apresentam, conforme a ASA (*Autism Society of American*), variando as intensidades de mais severo a mais brando. A pesquisa observou-se que a inclusão é possível, pautando inicialmente na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 e na Lei Beneditina, Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3 do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Realizamos uma pesquisa de campo, cujos dados qualitativos foram avaliados por meio de análise de conteúdo. Foram elaboradas duas categorias de análise: 1) Inclusão, Vida Social e Expectativas para o Futuro: apontou-se que quanto antes for realizado um diagnóstico de TEA, melhores benefícios surgirão e 2) Autonomia, a Busca de Desenvolvimento do Aluno com TEA: aqui se destacou que a discriminação perante a ele ainda existe socialmente, mas que na escola pesquisa esta está condizente com os meios físicos e profissionais em se tratando da inclusão dessa clientela.

Palavras-chave: Autista. Diagnóstico. Inclusão escolar. Desenvolvimento humano. Desenvolvimento social.

ABSTRACT

The overall objective of this research is to analyze how the process is being carried inclusion child autism spectrum in mainstream education and what are the prospects for human and social development of students. This is a descriptive research, a qualitative approach in order to answer the questions of the researched object, which will be divided into two stages. At first the record of bibliographic knowledge based on articles published in the base SciELO journals in print magazines and books classified, which consist of references to the fundamental basis of fieldwork theoretical occur. Second time will be far-field research will use the interview as an instrument of data collection. The locus of the search will be two mining towns in the microregion of Sao Sebastiao do Paraiso. The pursuit of an education equality was our focus for the research. Autism cannot be diagnosed on clinical examination, but through dedication and care that parents should suit during the development of their children. From the ten months of age, the child can now be diagnosed and according to the characteristics presented as ASA (American Society of Autism) varying the intensities of the softer more severe. Through research we intend to observe whether the inclusion is possible, initially guided by Law No. 12,764, of December 27, 2012 and Law Berenice Piana, establishes the National Policy on Protection of the Rights of Persons with Autism Spectrum Disorder; and amends § 3 of Art. 98 of Law 8112 of December 11, 1990. Inclusion is a paradigm of thought, to include all individuals in a society in which diversity becomes essential and fundamental, but there is a difficulty where man and standardizes classifies people according to the model of normality and explicit forgetting that there are several characteristics with regard to human and social development. We conducted a field survey, whose qualitative data were analyzed by content analysis. Two categories of analysis were prepared: 1) Inclusion, Social Life and Expectations for the Future: it was pointed out that the sooner a diagnosis of ASD, better benefits arise and 2) Autonomy, the Search Student Development with ASD is performed: here it was highlighted that discrimination still exists against him socially, but this research at the school is consistent with the physical and professional when considering the inclusion of media clientele.

Key-words: Autistic. Diagnosis. School inclusion. Human development. Social development

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por justificativa, a vontade de aprender mais sobre o autismo, e auxiliar, como docente, no processo de inclusão que visa no sistema regular de ensino, o desenvolvimento educacional e social do aluno; também aprimorar os conhecimentos neste aspecto, para que de alguma forma se possa desenvolver um trabalho pedagógico satisfatório em sala de aula.

O que motivou a pesquisa foi a vontade de verificar se há dificuldades entre os professores das redes públicas de ensino quanto ao processo de inclusão do autista, e se supostas dificuldades podem estar relacionadas ao grande número de alunos por turma, a falta de preparo dos professores e se o trabalho realizado hoje é capaz de proporcionar o desenvolvimento educacional e social do(s) aluno(s) autista(s).

Dessa forma, foram elaborados os seguintes objetivos que se faz saber:

Objetivo geral:

- Analisar como vem sendo realizado o processo de inclusão da criança do espectro autismo na rede regular de ensino e quais são as perspectivas de desenvolvimento educacional e social desses educandos.

Objetivos específicos:

- Examinar os aspectos histórico, e comportamental do autista;
- Investigar o processo de inclusão do aluno com espectro autista no ensino regular de ensino, que didática devem ser aplicadas a fim de melhor proporcionar o seu desenvolvimento pessoal e social;
- Verificar como o conhecimento sistemático oferecido pela escola pode influenciar no desenvolvimento educacional e social do autista.

Os aspectos históricos e o comportamento do autista vieram para o Brasil somente depois dos anos cinquenta. O autor Mazzotta (1995, p.27) pode nos afirmar que:

A inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de cunho qualitativo com o intuito de responder as indagações, a abordagem será dedutiva a fim de descrever o objeto pesquisado, que estará dividida em dois momentos.

No primeiro momento ocorreu o registro de conhecimentos bibliográficos baseados em artigos publicados em revistas indexadas na base *Scielo*, em revistas impressas classificadas e livros, os quais consistem em referenciais teóricos fundamentais ao embasamento da pesquisa de campo. Em segundo momento fez-se a pesquisa de campo que utilizou a entrevista como instrumento de coleta de dados. O lócus da pesquisa foi duas cidades mineiras da microrregião de São Sebastião do Paraíso.

A pesquisa será organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo será realizado um levantamento bibliográfico que versará sobre o desenvolvimento decorrente da educação e apresentará os aspectos histórico, biológico, comportamental do autista e os problemas que encontram na sociedade, (cultural, família, escola).

No segundo capítulo foi abordado a Inclusão do aluno com Transtorno do Espectro do Autista- TEA na escola regular; o processo de alfabetização, metodologias e didáticas utilizados com eles.

O tema abordado foi de acordo com o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Lei nº 8069 de 13/07/1990, capítulo IV, do Direito à Educação, à Cultura, ao esporte e ao lazer, no artigo 54 define: “Atendimento educacional especializado aos alunos de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” As políticas públicas citadas apresentam o delineamento do atendimento educacional especializado.

No terceiro capítulo descreve-se o delineamento da pesquisa.

O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo.

E por fim expõe-se a conclusão que é o fechamento de todo o trabalho como resposta dos objetivos propostos.

2 AUTISMO: BREVE HISTÓRICO E CAUSAS POSSÍVEIS DO AUTISMO

O estudo sobre o autismo teve início a muito tempo, no início do século XX, em 1906, Plouller trouxe para a literatura psiquiátrica o adjetivo autista, quando estudava pacientes que tinham diagnóstico de demência precoce e esquizofrenia (CAMARGOS, 2005).

Contudo, foi em 1911, com Bleuler *apud* Camargos (2005, p. 11) que o termo autismo passou a ter conceito. Este conceito, contudo, não diferenciavam autismo das psicoses graves. Foi definido pelo autor supradito como:

[...] perda de contato com a realidade, causada pela impossibilidade ou grande dificuldade na comunicação interpessoal. Referiu-se originalmente ao autismo como transtorno básico da esquizofrenia, que consistia na limitação das relações pessoais e com o mundo externo, parecendo excluir tudo que parecia ser o “eu” da pessoa.

Apenas em 1943 com Kanner, *apud* Camargos (2005) o termo autismo foi diferenciado de outras psicoses graves da infância. “Utilizando o termo difundido por Bleuler, Kanner separou o termo autismo para designar esta doença de que hoje todos ouvimos falar” (KANNER, *apud* CAMARGOS, 2005, p. 11).

De acordo com Marques (2007, p. 18),

[...] antes mesmo da publicação do trabalho de Kanner em 1943, muitas descrições do conceito de autismo tinham já sido anteriormente aceitos como referências a crianças invulgares, tais como Vítor, o rapaz selvagem de Aveyron, estudado por Itard em 1801.

Foi depois de Kanner (1943) *apud* Camargos (2005) que se deu início a era moderna do estudo científico desse transtorno conhecido como a “síndrome de Kanner” ou autismo infantil. Ele percebeu após seus estudos que os problemas de desenvolvimento tinham como característica em comum a solidão e a insistência obsessiva na invariância.

Em 1944, Hans Asperger, médico austríaco e formado na Universidade de Viena, escreveu um artigo com o título “Psicopatologia Autística da Infância”, no artigo havia descrições bem parecidas às descritas por Kanner. O artigo de Asperger

levou muitos anos para ser amplamente lido, comumente a razão disso ter acontecido foi o fato do artigo ter sido escrito em alemão. Por vezes encontramos os estudos de um e de outro associados a distúrbios ligeiramente diferentes. Apenas em 1994 a Síndrome de Asperger foi incluída no DSM-IV com critérios para diagnóstico. (MELLO, 2004).

O Quadro 1 mostra algumas características mais frequentes existentes nas pessoas com Síndrome de Asperger.

Características frequentes da Síndrome de Asperger
<ul style="list-style-type: none"> - Atraso na fala, mas com desenvolvimento fluente da linguagem verbal antes do 5 anos e geralmente com: <ul style="list-style-type: none"> o Dificuldades na linguagem, o Linguagem pedante e rebuscada, o Ecolalia ou repetição de palavras ou frases ouvidas de outros, o Voz pouco emotiva e sem entonação. - Interesses restritos: escolhem um assunto de interesse, que pode ser seu único interesse por muito tempo. Costumam apegar-se a mais às questões factuais do que ao significado. Casos comuns são interesse exacerbado por coleções (dinossauros, carros, etc.) e cálculos. A atenção ao assunto escolhido existe em detrimento a assuntos sociais ou cotidianos. - Presença de habilidades incomuns como cálculos de calendário, memorização de grandes sequências como mapas de cidades, cálculos matemáticos complexos, ouvido musical absoluto etc. - Interpretação literal, incapacidade para interpretar mentiras, metáforas, ironias, frases com duplo sentido, etc. - Dificuldades no uso do olhar, expressões faciais, gestos e movimentos corporais como comunicação não verbal. - Pensamento concreto. - Dificuldade para entender e expressar emoções. - Falta de autocensura: costumam falar tudo o que pensam. - Apego a rotinas e rituais, dificuldade de adaptação a mudanças e fixação em assuntos específicos - Atraso no desenvolvimento motor e frequentes dificuldades na coordenação motora tanto grossa como fina, inclusive na escrita. - Hipersensibilidade sensorial: sensibilidade exacerbada a determinados ruídos, fascinação por objetos luminosos e com música, atração por determinadas texturas etc. - Comportamentos estranhos de auto estimulação. - Dificuldades em generalizar o aprendido. - Dificuldades na organização e planejamento da execução de tarefas

Quadro 1: Características frequentes da Síndrome de Asperger

Fonte: Mello, 2004, p. 26.

Segundo Mello (2004, p. 16):

Autismo é uma síndrome (*) definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e

que caracterizam sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação (MELLO, 2004, p 16).

E ainda apresentam dificuldade: nas seguintes áreas: interação social, comunicação e linguagem e imaginação, incluindo aqui a utilização de comportamentos repetitivos e de autoestima (CAMARGOS, 2005, p. 12).

O Quadro 2 mostra definições importantes para a compreensão do TEA:

Definição para síndrome
<p>(*) síndrome – s.f. (gr. Syndrome) Conjunto dos sintomas que caracterizam uma doença (**)</p> <p>(**) doença – s.f. (lat. Dolentia, dor). Alteração da saúde que comporta um conjunto de caracteres definidos como causa, sinais, sintomas e evolução; mal; moléstia enfermidade.</p> <p>Fonte: Dicionário da Língua Portuguesa – Larousse Cultural.</p>

Quadro 2: Definição para síndrome

Fonte: Mello, 2004.

Até 1960, o autismo foi considerado um transtorno pertencente à doença mental, estranho e misterioso, uma patologia emocional ou uma forma precoce de esquizofrenia infantil, causado por uma carência afetiva em meio familiar constituído por pais ‘frios’ e hostis, incapazes de estabelecer uma relação afetiva calorosa. Também se acreditava que isso tudo causava transtornos na comunicação e condutas estranhas na criança (GONZÁLEZ, 2005).

Rutter (1967) *apud*, Camargos (2005, p. 11) ao estudar sobre tudo o que estava cientificamente comprovado sobre o autismo até naquele momento, criticou as evidências empíricas encontradas e estabeleceu quatro características como essenciais: “falta de interesse social; incapacidade de elaboração de linguagem responsiva, presença de conduta motora bizarra em padrões de brinquedo bastante limitados e início precoce, antes dos trinta meses”.

Após muitas pesquisas, em 1976, por meio de Ritvo *apud* Coimbra (2010) surgiram as primeiras alterações dessa concepção: “o autismo se relaciona a um déficit cognitivo, considerando-o, não uma psicose, e sim um distúrbio do desenvolvimento”.

De acordo com MELLO (2004, p. 16) os três desvios, comunicação, interação social e imaginação:

[...] que aparecem juntos caracterizam o autismo. Foram chamados por Lorna Winge Judith Gould, em seus estudos realizados em 1979, de “Tríade”. A tríade é responsável por um comportamento restrito e repetitivo, mas com condições de inteligência que podem variar do retardo mental a níveis acima da média.

Assim, a relação entre o autismo e deficiência mental passa a ser cada vez mais apontada como verdadeira e real. “Esse distúrbio no desenvolvimento era visto como uma anormalidade bioquímica ou neurofisiológica do cérebro” (SCHOPLER, 1988 *apud* GONZÁLEZ, 2005, p. 221).

2.1 ESTUDOS RECENTES SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA

Ainda hoje há controvérsias quanto às características do autismo e a maneira de tratá-las; e como os educadores devem trabalhar com crianças autistas no âmbito educacional. Tudo em se tratando desse assunto é polêmico por isso destacamos as afirmações de alguns estudiosos:

Gillberg (1989) *apud* Coimbra (2010) salienta que “embora haja indícios de algum desvio biológico que acompanhe o autismo, não se identificou até o momento nenhum marcador específico”

Nos casos de autismo em que anormalidades biológicas estejam presentes, Schwartzman (1995) *apud* Coimbra (2010) ressalta que “o estabelecimento de relação causal entre elas e o quadro de autismo não pode, entretanto ser afirmado”.

Piven (2000) *apud* Coimbra (2010) explica que “algumas alterações dos cromossomos 7, 15, 22 e X já foram descritas nas crianças autistas”.

Assumpção (2008) *apud* Coimbra (2010) destaca que “algumas infecções podem estar associadas ao autismo: caxumba, citomegalovírus, herpes simples, pneumonia, rubéola, sarampo, sífilis, toxoplasmose, varicela”.

De acordo com Mello (2004) o espectro de manifestações autísticas não é um “tudo ou nada”, mas é visto como um contínuo que vai do grau mais leve ao severo. Ainda assevera que a definição adotada pela Associação de Amigos do Autista – AMA para efeito de intervenção o autismo é um distúrbio de comportamento que consiste na Tríade já discutida neste capítulo.

Não há um padrão fixo para a manifestação do autismo, o desenvolvimento dependerá do grau de severidade da síndrome e, principalmente, da qualidade do suporte recebido durante o tratamento.

Pode haver ou não comprometimento da fala e, portanto a sua socialização no ambiente escolar fica ainda mais comprometido. O que mais importa é a socialização e autonomia para que a criança não se torne um adulto impossibilitado de efetuar atividades simples e rotineiras. Ela necessita aprender atividades que a farão no futuro ser independentes no período de seu crescimento (CAMARGOS, 2005).

E quanto a isto Mello (2004, p. 20) assevera que a dificuldade de comunicação pode ocorrer dentro de uma:

[...] grande variação possível na severidade do autismo, podemos encontrar uma criança sem linguagem verbal e com dificuldade na comunicação por qualquer outra via – isto inclui ausência de uso de gestos ou um uso muito precário dos mesmos; ausência de expressão facial ou expressão facial incompreensível para os outros e assim por diante -como podemos, igualmente, encontrar crianças que apresentam linguagem verbal, porém esta é repetitiva e não comunicativa.

A mesma autora ainda assevera que crianças que apresentam linguagem verbal repetem simplesmente o que lhes foi dito: “Este fenômeno é conhecido como ecolalia imediata. Outras crianças repetem frases ouvidas há horas, ou até mesmo dias antes; é a chamada ecolalia tardia” (MELLO, 2004, p. 20-21).

Quanto às dificuldades de socialização afirma que:

[...] este é o ponto crucial no autismo, e o mais fácil de gerar falsas interpretações. Significa a dificuldade em relacionar-se com os outros, a incapacidade de compartilhar sentimentos, gostos e emoções e a dificuldade na discriminação entre diferentes pessoas.

E, por fim, a dificuldade no uso da imaginação, que segunda autora:

[...]se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. Isto pode ser exemplificado por comportamentos obsessivos e ritualísticos, compreensão literal da linguagem, falta de aceitação das mudanças e dificuldades em processos criativos.

Muitos estudos, como exemplo de González (2005), destacaram que existe um consenso em afirmar, que, nos casos profundos de autismo, é irreal pensar que a criança ingresse no ensino regular e possa se integrar na classe, mesmo com um currículo adaptado.

Segundo CID- F84.1,

O autismo atípico surge mais frequentemente em indivíduos profundamente retardados, cujo nível muito baixo de funcionamento oferecem pouca oportunidade de exibir comportamentos desviados específicos, requeridos para o diagnóstico de autismo; ele também ocorre em indivíduos com grave transtorno específico do desenvolvimento da linguagem receptiva. O autismo atípico, então, constitui uma condição significativamente separada do autismo.

Outros como, Aarons & Gittens (1992) *apud* Sousa (2007) e AMA (2005) explicam que com uma abordagem pedagógica e terapêutica adequada, estas crianças podem vir a desenvolver-se, ainda que de forma diferente das outras crianças.

De acordo CID-F84.5

O transtorno difere do autismo primariamente por não haver nenhum atraso ou retardo global no desenvolvimento cognitivo ou de linguagem. A maioria dos indivíduos é de inteligência global normal mas é comum que seja marcadamente desajeitada; a condição ocorre predominantemente em meninos.

Segundo o Conselho Consultivo Profissional da Sociedade Nacional para Crianças e Adultos com Autismo dos Estados Unidos *apud* Camargos (2005 p. 11) o autismo pode ser definido como:

Uma síndrome que aparece antes dos trinta meses e que possui as seguintes características: distúrbios nas taxas e sequências do desenvolvimento; distúrbios nas respostas a estímulos sensoriais; distúrbios na fala, linguagem e capacidades cognitivas; distúrbios na capacidade de relacionar-se com pessoas, eventos e objetos.

Para Mesibov *apud* Dorea (2011, p. 5) o autismo trata-se de “transtorno de desenvolvimento caracterizado por dificuldades e anormalidades em várias habilidades de comunicação, relacionamento social, funcionamento cognitivo, processamento sensorial e comportamental”.

O termo autismo pode ser definido como um conjunto de comportamentos originados de desenvolvimento neurológico irregular. No entanto, os comportamentos precisam ser observados.

Para a AMA, instituição brasileira criada em 1983, o autismo é estudado pela ciência há mais de seis décadas, e ainda permanecem, dentro do próprio âmbito da ciência, divergências e grandes questões por responder (ANDRADE, 2010).

Contudo, a “Tríade” citada por Mello (2004) fica evidente no texto da Lei nº 12.764 (BRASIL, 2012) que assevera que:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

2.2 SINAIS E SINTOMAS DO AUTISMO

O autismo pode manifestar-se desde os primeiros dias de vida. Normalmente o que chama a atenção dos pais é que a criança é calma e sonolenta, ou chora sem consolo, não gosta do colo ou rejeita o aconchego, não imita, não compartilha sentimentos ou sensações, não aprende a se comunicar com gestos comumente observados na maioria dos bebês, não procuram o contato ocular ou mantêm por um período de tempo muito curto, aparecimento de estereotípias (movimentos repetitivos com o corpo ou membros), fixação de olhar, morde-se, morde as roupas ou puxa os cabelos (MELLO, 2004).

Segundo Camargos (2005) logo na primeira infância, a criança autista apresenta algumas diferenças de crianças dadas como ‘normais’. Por exemplo, ao ser pego pela mãe, não volta à cabeça para ela e nem estende os braços. Outras demonstram inaptidão para brincar em grupo ou para desenvolver laços de amizade. Também cheiram os objetos e os alimentos que for comer. Não apresentam imitação

social, tão importante para o desenvolvimento da linguagem, que se manifesta na reprodução de gestos como, por exemplo, dar “tchau”, jogar beijinhos, não usam os brinquedos em atividades de faz de conta com conteúdo simbólico. O humor é algo imprevisível para as crianças autistas, elas passam do riso incontrolável para um choro inexplicável, podendo morder as mãos e punhos. Se a criança autista adquire certa linguagem, ela continua incapaz, não somente de exprimir seu afeto, mas também de perceber a emoção ou os sentimentos das pessoas (CAMARGO, 2005).

Os critérios de diagnóstico falham em reconhecer quais são as habilidades e talentos exibidos por pessoas diagnosticadas com autismo. Há diversos relatos científicos sobre habilidades incríveis que várias pessoas com autismo possuem geralmente nas áreas da matemática, música ou arte (DOREA, 2011).

Outras pessoas com autismo apresentam habilidades de percepção visoespacial altamente desenvolvidas, outras são capazes de memorizar uma cena na rua para depois, em casa, desenhá-la com os mais minuciosos detalhes (DOREA, 2011). Contudo, não existe causa para o autismo, apesar de existirem várias pesquisas e estudos.

Novamente Dorea (2011, p.5) destaca as principais características apresentadas por um autista:

- Resiste a métodos normais de ensino;
- Risos e gargalhadas inadequados;
- Ausência de medo de perigos reais;
- Aparente insensibilidade à dor;
- Não se aninha;
- Forma de brincar estranha e intermitente;
- Não mantém contato visual;
- Conduta distante e retraída;
- Indica suas necessidades através de gestos;
- Age como se fosse surdo;
- Crise de choro e extrema angústia por razões não discerníveis;
- Gira objetos;
- Dificuldades em interagir com outras crianças;
- Resiste a mudanças de rotina;
- Habilidades motoras fina/grossa desniveladas;
- Hiperatividade física marcante e extrema passividade;
- Ecolálico;
- Apego inadequado a objetos.

De acordo com a AMA, não se conseguiu fundamentar qualquer causa psicológica na origem do autismo. O que não representa que o meio seja um ambiente prejudicial.

2.3 DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO- TEA: PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

O autismo é diagnosticado por um médico neuropediatra, psicólogo ou mesmo psiquiatra especializado, além de uma equipe multidisciplinar, dotando de medidas diagnósticas específicas. “O diagnóstico pode ser dado com a criança ainda pequena, por volta dos dois anos, ou já entre cinco e seis anos” (CAMARGOS, 2005, p. 36).

Na maioria das vezes, o diagnóstico ainda é realizado averiguando somente o comportamento; ou seja, se é identificado no aluno a tríade de dificuldades: em comunicação, integração social e imaginação (COLL, 2002).

De acordo com Coll (2002):

São raros os diagnósticos de autismo em bebês menores de 12 meses. O que se observa em primeiro lugar é que a criança é muito passiva, ou seja, demonstra pouca sensibilidade às pessoas e aos objetos que estão à sua volta, permanecendo isolada e alheia ao meio em que está inserida.

E segundo Mello (2004):

O diagnóstico de autismo é feito basicamente através da avaliação do quadro clínico. Não existem testes laboratoriais específicos para a detecção do autismo. Por isso, diz-se que o autismo não apresenta um mercado biológico.

Como no autismo para a Síndrome de Asperger não há “exames clínicos que identifiquem e o diagnóstico é feito através dos comportamentos. Os critérios do diagnóstico oficial da Síndrome de Asperger estão enumerados no DSM-IV” (MELLO, 2004, 27).

“É válido para a família e para a criança, que o profissional indique outro para a confirmação diagnóstica, quando se verificar que os pais não aceitaram a notícia, mas é imperativo que o indicado seja habilitado tecnicamente para tal” (CAMARGOS, 2005, p. 36).

Como já dissemos, o grau de autismo varia de acordo com o critério empregado pelo pesquisador, além do que um autista não apresenta exatamente o mesmo quadro que outro (AJURIAGUERRA e MARCELLI, 1995).

Baseando em informações do órgão norte americano Center of *Disease Control and Prevention*, destaca-se que o autismo pode ocorrer de 2 até 6 pessoas a cada 1000, isto é, 1 pessoa em cada 166. Pesquisas concluíram que ele seria quatro vezes mais frequente em pessoas do sexo masculino. Nos Estados Unidos, um novo caso de autismo é diagnosticado a cada 20 minutos (GOYANO, 2012). No entanto no Brasil, infelizmente, ainda não há estatísticas oficiais sobre sua incidência (CERTEZA, 2010).

3 O AUTISTA INFANTIL, A INCLUSÃO E A ESCOLA DE ENSINO REGULAR

3.1 ALGUNS ASPECTOS DO PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

Antes de qualquer coisa, é interessante retratar que somente em 2001 que o MEC referenciou a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e como complementares à educação de pessoas com TEA, ao publicar referenciais educacionais que buscaram redimensionar o atendimento especializado oferecido atualizando conceitos, princípios e estratégias (TULIMOSCHI, 2011).

Sendo assim, Prado e Marostega *apud* Carneiro (1991, p.101) consideram que “o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial a seu desenvolvimento”. Estas exigências requerem da escola uma estrutura, conceito em relação à formação do futuro cidadão e uma visão e revisão de seus conceitos e pré-conceitos com relação ao diferente.

Os autores supracitados complementam dizendo que “a questão da integração representa um movimento de inovação do sistema de ensino que, em princípio, já deveria existir, abrangendo as diferenças existentes mesmo entre os não deficientes” (PRADO; MAROSTEGA, *apud* CARNEIRO, 1991, p.33).

Tudo isto nos faz questionar: a legislação já está vigente, mas a escola está preparada para inserir os alunos com algum tipo de deficiência, como por exemplo, o autismo?

De acordo com a autora Mantoan (2006, p. 18):

Para instalar uma condição de igualdade as escolas não se concebe que todos os alunos sejam iguais em tudo, como é o caso do modelo escolar mais reconhecido ainda hoje. Temos de considerar as desigualdades naturais e sociais, e só estas últimas podem e devem ser eliminadas. Se a igualdade traz problemas, as diferenças podem trazer muito mais.

A escola possui uma bagagem cultural e de conhecimentos bem diversificados, e que conseqüentemente atendem às necessidades de uma determinada época e clientela. Se em épocas passadas o autista era excluído da sociedade, hoje possui direitos instituídos por uma vasta legislação, o qual o vê

como um ser igual às outras crianças, vivendo como as outras e adquirindo dentro de um estabelecimento de ensino sua formação educacional. Entretanto, a resposta à questão apresentada é clara: a escola regular em muitos momentos, não está preparada para receber os vários tipos de pessoas com deficiência, causando assim polêmica e uma exclusão social ainda maior.

O professor que não é capacitado pode interromper ainda mais o processo de aprendizado da pessoa com deficiência, repassando atividades, exercícios diferentes dos demais alunos, até mesmo ignorando a sua presença em sala de aula, tornando o deficiente incapacitado e insignificante.

Na escola regular deve existir a inclusão (a escola se adaptar ao aluno) e não a integração (onde o aluno se adapta a escola). Soler (2005) destaca assim, a diferença:

Integração Escolar:

Processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativa-escolar refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, as crianças com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola (SOLER, 2005, p. 82, *apud* MEC, 1994).

Inclusão Escolar:

Já na Inclusão, a escola deve mudar e se adaptar às diferenças e não, o contrário. Na Inclusão, a escola transforma a avaliação, a relação professor/aluno, no espaço físico, enfim, é criada uma Nova escola, muito melhor, para abarcar todas as necessidades educacionais das crianças (SOLER, 2005, p. 83).

Neste ponto, descrever a verdadeira inclusão, não é a pessoa deficiente, no caso o autista, que deve se adaptar a instituição escolar regular, mas esta que deve ser consciente de seu papel e se colocar pronta a oferecer tudo o que for necessário para que as necessidades deste aluno sejam realizadas. A política de inclusão dos alunos na rede regular de ensino que apresentam necessidades educacionais especiais, não se funda apenas na permanência física destes alunos, mas no olhar voltado para o propósito de corrigir concepções e paradigmas, respeitando e valorizando a diversidade e o espaço desses, exigindo assim que a escola defina a responsabilidade criando meios inclusivos (PAULA, 2005).

Segundo Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN, a expressão NEE está:

Direcionada ao termo que surgiu para evitar os efeitos negativos de expressões utilizadas no contexto educacional- deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados, etc. – para referir os alunos com altas habilidades, super dotação, transportadores de deficiências cognitivas, físicas, psíquicas e sensoriais. Tem o propósito de deslocar o foco do aluno e direcioná-lo para as respostas educacionais que eles requerem [...]

Tudo indica que a sociedade rotula o homem e observa as pessoas de acordo com essa visão, e seu modo de pensar. E esquecem que vivemos em um espaço no qual há homens diversos e cada um com sua cultura, diferença e hábitos.

Esta questão auxilia na dificuldade que as escolas muitas vezes têm de se adaptarem às diferenças. O senso comum ainda permanece, mas a luta deve ser grande contra essa barreira e obstáculos, observando que no mundo existem diferenças e a necessidade de respeitá-las.

Conforme Paula (2005, p. 13),

[...] ainda hoje, fica patente a dificuldade de se distinguir o modelo médico/pedagógico do modelo educacional/escolar da educação especial. Esse impasse faz retroceder os rumos da educação especial brasileira, impedindo-a de optar por posições inovadoras, como é o caso da inserção de alunos com deficiência em escolas inclusivas (PAULA, 2005, p. 13).

Vejamos, qual é o papel/objetivo da escola? A escola tem por objetivo viabilizar o desenvolvimento e o aprendizado para se tornarem cidadãos, fazendo e ensinando para que adaptem as técnicas de leituras, escritas, cálculos e estudos, com o intuito de inserção na comunidade, facilitando e propondo soluções de sobrevivência.

O direito à educação a pessoa com deficiência, tem por objetivo garantir uma educação adequada, com recursos, programas, projetos, implantados nas escolas, educando na diversidade, com e apesar dos vários desafios (PAULA, 2005).

Para Busti (2005), o primeiro caminho a ser verificado pela política educacional, é a educação especial, que são dedicadas à pessoa com deficiência, com incentivo, apoio, que trabalha com suas deficiências pedagógicas, desenvolvendo e transformando métodos, técnicas, práticas, recursos educacionais

e organização específica, selecionando profissionais capacitados e alfabetizados para esses atendimentos.

Segundo Projeto Incluir deve-se fazer uma avaliação psicopedagógica, observando o aluno, enfocando os seguintes aspectos:

- Formas de explorar o meio;
- Maneira de relacionar com pessoas;
- Maneira de se relacionar com objetos;
- Nível de interação em situação não estruturada;
- Alterações motoras (estereotípias, auto agressão);
- Rituais;
- Jogos.

Destaca-se que a luta na educação não é recente, a primeira LDB foi em 1961. Sucederam-se posteriormente a LDB nos anos de 1971 e depois em 1996 e somente esta última destaca um capítulo destinado á educação especial.

Segundo Paula (2005, p.12).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61 garantiu o direito dos “alunos excepcionais” á educação, estabelecendo em seu Artigo 88 que para integrá-los na comunidade esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível, no sistema geral de educação. Entende-se que nesse sistema geral estariam incluídos tanto os serviços educacionais comuns como os especiais, mas pode-se também compreender que, quando a educação de deficientes não se enquadra no sistema geral, deveria constituir um especial, tornando-se um subsistema à margem (PAULA, 2005, p.12).

Paula (2005,p.12) ainda destaca que essa lei foi de extrema importância tendo em vista as oportunidades frente à educação e a inclusão das pessoas com deficiência especiais na sociedade.

Silva (1996) destaca que em 1968 a OMS define o aluno que possui óticas diferentes dos níveis de inteligência, como aquele que tem baixo desenvolvimento intelectual, apresentando dificuldades no aprendizado, mas que tem competência, esforço, habilidades e comportamentos capazes de aprender e ser alfabetizado, com uma educação especializada.

Paula (2005) aponta que em 1972, segundo o Conselho Federal de Educação em Parecer de 10/08/72 entendeu-se que a “educação de excepcionais” é como uma meta para a alfabetização, sendo que as portarias ministeriais discutem

assuntos de assistência e de previdência social, tornando uma ótica terapêutica de prestação de serviços às pessoas com deficiência e elegeram os aspectos corretivos e preventivos.

Para Paula (2005), a Lei Federal 7853 de 24 de outubro de 1989 que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa com Deficiência também foi um avanço. No item da educação, prevê a oferta obrigatória e gratuita de todos os cidadãos, em estabelecimentos públicos de aprendizado, se não der oportunidades, para estes matricular, sem justa causa pode vir à punição. A escola inclusiva é o meio mais adequado de combater a discriminação, e lembrando que às escolas devem receber todos os tipos de crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas (BRASIL, 2006).

Acrescenta-se a estes avanços, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança em 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994.

Em 1988, no Brasil, a Constituição Federal, em seu artigo 208, inciso III, assegura os seguintes direitos ao atendimento educacional especializado aos deficientes: “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 34).

Para Ferreira (1995, p.58),

[...] a constituição do Brasil, promulgada em 1988 representa um avanço na proteção dos direitos dos cidadãos e das pessoas com deficiência, pois ela afirma que um dos fundamentos básicos da nação é os promover a dignidade da pessoa humana e garantir o exercício da cidadania para que não haja desigualdades sociais e sejam eliminados quaisquer preconceito ou discriminações, concedendo a todos, inclusive às pessoas deficientes direitos sociais a educação, a saúde, ao trabalho, ao lazer, a segurança e a previdência social.

Conforme Sasaki (1997, p. 43):

A partir da promulgação da Constituição de 1988 que, em caráter inovador, traz leis exclusivas para as pessoas com deficiência, pôde-se acompanhar de forma mais expressiva os movimentos de luta pelos direitos desses cidadãos.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, por sua vez, reforça os dispositivos legais colocando que a criança e o adolescente têm direito à

educação e que o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990).

E quatro anos depois, surge a Declaração de Salamanca, sendo que a UNESCO (1997) (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) declara objetivamente os termos inclusão, educação inclusiva, termos inclusivistas, entre outros.

Os paradigmas relativos ao processo de inclusão implantado por outros países estão sendo atualmente avaliados a fim de serem identificados os sucessos e insucessos. Enquanto isso, no Brasil, essa política de integração se manifesta de forma inconsciente, deixando de lado uma reflexão que solidifique os ditames expressos no documento denominado Declaração de Salamanca (UNESCO, 1997, p. 10).

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 2002, p. 8-18) institui o grau de deficiência que a criança deve ter para poder se ajustar ou até mesmo acompanhar os demais alunos:

[...] que todas as crianças, sempre que possível, possam aprender juntas, independentemente de suas dificuldades ou diferenças (§ 7).

[...] as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio adicional necessário para garantir uma educação eficaz (§ 8)

[...] deverá ser dispensado apoio contínuo, desde a ajuda mínima nas classes comuns até a aplicação de programas complementares de apoio pedagógico na escola, ampliando-os, quando necessário, para receber a ajuda de professores especializados e de pessoa de apoio externo (§ 32)

Além disso,

Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes (§ 28).

E novamente a Unesco (1997, p. 10) retrata que,

A Declaração de Salamanca é também considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto, ela proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de ‘educação para todos’ firmada em 1990 [...] promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais

especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem.

Assim, destaca-se que a Declaração de Salamanca foi uma resolução das Nações Unidas que tratam dos princípios, política em educação especial e é considerada mundialmente como um dos mais importantes documentos que visam à inclusão social e que, de acordo com o documento, o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam interagir umas com as outras, mesmo com qualquer dificuldade ou diferença que possam apresentar.

Nesse sentido, o principal objetivo que não pode faltar na escola regular, é despertar no aluno o desejo de desenvolver sua auto estima, pois assim, poderá trabalhar com individualismo e em seguida dar continuidade ao processo de aprendizado, para aprimorar seu relacionamento com a sociedade e conseqüentemente aperfeiçoar a sua comunicação.

As expectativas são grandes em relação às escolas, pois precisam ser preparadas para acolherem os deficientes, uma vez que para estes são mundos diferentes.

Segundo Mantoan (2006, p.23):

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo as mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação.

De acordo com Paula (2005), a inclusão é uma qualidade de ensino. São exigidos da escola atual, novos ensinamentos e desenvolvimentos, que possibilitam condições e aperfeiçoamento das ações pedagógicas, e devem observar as diversas dificuldades dos alunos, incentivando ao ensino, mas com um ritmo e estilo acompanhando os diferentes casos, assegurando de qualidade, atendendo as demandas que ali vivenciam.

Ressaltam-se neste momento a existência de ações que buscam garantir a esses alunos o respeito às suas conquistas legais de estudar com seus pares em escolas regulares. Para tanto tem se mobilizado os procuradores e promotores de justiça responsáveis pela infância e juventude, pessoas idosas e deficientes. As

recomendações dessas autoridades têm dirigido dúvidas e resolvido com sucesso os casos de inadequação e de exclusão escolar, em escolas do governo e particular (PAULA,2005, p.14).

Gisele (2007) e Lima (2008) fazem importantes apontamentos. Gisele (2007) destaca que antigamente era difícil matricular criança com deficiência em escolas regulares, pois além da escola negar a matrícula da criança, os pais voltavam para casa convencidos de que a tentativa tinha sido irresponsável ou mesmo absurda.

Em 1998, a presença dessas crianças, no período, denominadas portadoras de necessidades especiais era praticamente limitada às escolas de ensino especial. Estas concentravam exatos 99,2% do total de matrículas, segundo o Censo Escolar daquele ano, todavia os tempos são outros, prova disso é o Censo Escolar de 2006, que mostra a queda de matrículas na rede de ensino especial: 53,5% (Gisele, 2007).

Novamente Gisele (2007, p.56) declara que,

[...] os números impressionam e confirmam que a inclusão é uma tendência que se consolida em nosso país. Algo assumido como meta pelo Ministério da Educação (MEC), que tem realizado programas de capacitação com enfoque inclusivo para professores e gestores educacionais. A adoção da política não é acaso. O MEC vem respondendo a uma demanda da própria sociedade (GISELE, 2007, p.56).

O Estado e as escolas regulares devem perceber que o sistema de ensino precisa mudar para ter condição de oferecer educação de qualidade para toda e qualquer criança, independentemente de suas dificuldades, ou seja, a metodologia de ensino tem que valorizar a diversidade.

3.2 TRABALHANDO COM O AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

Um dos maiores deveres do educador é a de ser mediador na vida dos alunos através da reflexão e da ação, advindas de estratégias pedagógicas para o bem comum. Cada vez mais crianças com TEA chegam às escolas regulares; por isso, os educadores necessitam pesquisar novas metodologias pedagógicas e diversificadas, facilitadoras e produtivas para a construção do conhecimento e de uma melhor qualidade de vida para as mesmas.

Incluir acriança com TEA no sistema regular de ensino hoje é fundamentado na Lei 12.764/2012, que institui a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

Artigo 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

[...]

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo;

[...]

b) o atendimento multiprofissional;

[...]

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

[...]

Artigo 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos (BRASIL, 2012).

Entretanto, não é apenas incluir a criança com TEA na escola regular que é perpetuado em Lei, o trabalho realizado com ela deve ser bem estruturado. Assim, o trabalho pedagógico destinado a estes alunos deve envolver todo o grupo escolar, e também profissionais da saúde como psicólogos, assistentes sociais e principalmente a família que é muito importante na hora de fazer a avaliação da criança.

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

[...]

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012).

Ao chegar à escola regular pela primeira vez, o aluno com TEA pode trazer consigo uma avaliação realizada por uma equipe de profissionais, o diagnóstico multidisciplinar e o relatório circunstanciado, com uma considerável quantidade de informações, muito úteis para o professor que irá trabalhar com ele.

Hoje as principais teorias educacionais voltadas à inclusão de alunos com autismo são: “Projeto de Vida por meio da Mediação, PEI – Plano Individual de Ensino, e TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação, entre outros” (CERTEZA, 2010, p. 4).

Desta forma, a avaliação diagnóstica é um trabalho que o professor realizará com a criança autista que está entrando pela primeira vez em um ambiente escolar regular. De início não será uma tarefa fácil, mas para este aluno aprender de uma forma significativa, o professor deve ter uma boa interação com ele.

Depois, dessas observações, o professor terá subsídios para elaboração do plano individual de ensino, currículo e formas de avaliação e análise qualitativa do desenvolvimento. Esses procedimentos deverão contemplar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, não sendo uma ação isolada do professor, mas uma resposta inclusiva da escola para atender a diversidade humana, com características, como, dar atenção às diferenças, favorecer processos de formação, estimular a heterogeneidade. Essa ação precisa organizar-se e criar dispositivos pedagógicos adequados para atender as necessidades do aluno autista.

Segundo Camargos (2005, p. 252):

[...] para se alcançar melhor a compreensão educacional do aluno autista e as implicações contidas no quadro diagnóstico, é preciso ter conhecimento sobre o desenvolvimento dele para que haja distinção do que é realmente um comportamento do espectro do autismo.

É necessário discriminar suas características principais, seus limites, sua capacidade e habilidades, necessidades e prioridades; as quais devem ser estudadas, planejadas e trabalhadas com o objetivo de levar maior estabilização emocional possível, construção do conhecimento e o seu desenvolvimento global.

Uma sala de aula com alunos com autismo pode requerer uma grande dose de intuição e imaginação, como adaptar atividades, currículo, projetos. Faz-se necessário, e é fundamental, que se capacite de forma contínua o professor, dando a ele subsídios para desenvolver um trabalho coerente e digno, em que a qualidade será medida pelas respostas e desempenhos positivos exibidos por seus alunos com necessidades educacionais específicas.

Para a criança com TEA, todo o trabalho deve ser estruturado para otimizar uma situação de aprendizagem. É importante seguir alguns procedimentos sendo estes:

- Realizar um planejamento;
- Observar a criança em situações livre e dirigida;

- Escolher objetivos baseando-se no desenvolvimento, dificuldades e facilidades da criança;
- Partir da idade cronológica da criança e não infantilizar. (CAMARGOS, 2005, p. 252).

É necessário conhecer cada criança suficientemente bem para saber quais são as suas necessidades e quando estas variam. O nível de atividade, a capacidade de prestar atenção, as emoções, o nível de interesse e as habilidades variam muito de um aluno para o outro e qualquer programa educacional de acomodar se às necessidades individuais.

De acordo com Carrera *et al* Garcia (1997), alguns conselhos na hora de ensinar uma criança com TEA é essencial:

- Tratar a criança o mais normal possível;
- Ensinar as crianças escutar;
- Ter com clareza os objetivos;
- Empregar a fala mais simples, clara e concisa possível;
- Tentar evitar frases negativas;
- Ser neutro ao dar as instruções;
- Evitar perguntas com opções;
- Identificar sentimentos;
- Evitar possíveis críticas;
- Evitar repreensões;
- Evitar ameaças;
- Estimular interesses e talentos especiais;
- Aproveitar a afeição aos objetos;
- Emitir sinais quando for necessário

É importante, ainda, preparar o ambiente com material pedagógico, antecipadamente separado, a disposição das carteiras, espaços diferenciados dentro da sala de aula. As carteiras podem ser organizadas em duplas, ou grupos de quatro, para auxiliar a interação. Organizar espaços diferenciados por meio de cantinhos, como: cantinho da leitura, da fantasia, dos brinquedos, entre outros.

Ainda segundo Carrera *et al* Garcia (1997), se o professor seguir alguns conselhos práticos para a aprendizagem na vida cotidiana, o trabalho torna se mais gratificante. Veja os exemplos:

- Iniciar desde cedo a terapia e a escolaridade: a terapia antes do primeiro ano, a escolaridade por volta dos dois anos;
- Desde cedo ensinar bons modos e comportamento;
- Ser estruturados e ter professores que saibam ser firmes, porém carinhosos;
- Jogos: compartilhar grande parte do tempo para compartilhar jogos;

- Comida: não permitir nas refeições as birras;
- Permitir o “comportamento autista” durante um determinado período de tempo;
- Aprender os hábitos na hora das refeições;
- Colocar diferentes tipos de alimento, aproveitando o momento da preparação;
- Lembrar de que a combinação das diferentes atividades (escola, terapia, jogos, refeições, etc.) mantém o cérebro “conectado com o mundo”.

Assim, para efetuar uma verdadeira aprendizagem, o professor deve ser muito cuidadoso com:

- 1) a organização e condições estimuladoras do ambiente, 2) as instruções e sinais que a criança apresenta, 3) os auxílios que lhe são proporcionados, 4) as motivações e reforços utilizados para fomentarem sua aprendizagem (COOL *et al*, 1995, p.288).

A rotina diária escolar pode ser encerrada com a professora estimulando o aluno com TEA a organizar seu material e a sala de aula. A criança compreenderá que é o momento de ir para casa.

Para Oesterreich (2007, p.05),

[...] Para que a inclusão possa realmente funcionar, é preciso profundo trabalho de aproveitamento de recursos, utilização de conhecimento da esfera clínica e escolar nas áreas de aprendizagem e um intenso trabalho com a família, pois criar no indivíduo a predisposição de partilhar é fruto de um esquema de aceitação e de crédito, que se inicia e se perpetua com a família.

Não há dúvidas de que só ocorrerá de fato uma escola inclusiva aos moldes verdadeiros no dia em que toda a equipe pedagógica estiver preparada para acolher as diversas deficiências respeitando a capacidade cognitiva, biológica, comunitária do aluno autista.

O êxito para o processo inclusivo e a permanência na escola regular depende, portanto de que, Camargos (2005, p.255):

- as escolas comuns mudem seus métodos operacionais a fim de que os serviços educacionais sejam oferecidos para todos os alunos e não somente para os que têm facilidade de aprendizagem, mas àquelas pessoas com necessidades especiais também;

- os pais participem do atendimento seguindo a avaliação de aprendizagem, colaborando, oferecendo a continuidade do ensino e da educação num processo integrado com a escola;
- os ambientes escolares se tornem mais integradores, tanto no ensino, como no lazer e no trabalho;
- os recursos humanos sejam orientados na sua atuação dentro do princípio integração/inclusão, a fim de conhecerem melhor os métodos e processos de atenção dispensados às pessoas com transtornos invasivos de desenvolvimento;
- a comunidade tome consciência de seu papel ativo de atenção àquelas pessoas, trabalhando e colaborando com as instituições públicas e privadas;
- as autoridades assumam um compromisso permanente, a fim de equacionar ajuda técnica e financeira que garanta o nível eficaz da atenção às pessoas com necessidades especiais.

Além dos eixos da ética, justiça e direitos humanos, que são termos que superam a exclusão serem praticados por toda a sociedade.

O padrão de escolaridade há de ser satisfatória, seguindo o padrão de desenvolvimento de cada um e a interação do indivíduo com deficiência dependerá do processo de relações dialéticas, que se formam desde as primeiras convivências com o grupo.

Nesse aspecto, para haver integração em relação à comunidade e o processo educacional, é necessário que haja aceitação da deficiência por parte da comunidade e força de vontade política com vista a construir uma prática social com menos preconceito.

Para tanto, o primeiro passo é tentar mudar atitudes de discriminação e amadurecer as ideias da comunidade e sociedade, de serem acolhedoras e integradoras.

Paula (2005, p. 24) coloca que:

O desenvolvimento das escolas inclusivas, capazes de sustentar recursos educativos com sucesso para todos os alunos, passa necessariamente pela definição de uma ação educativa diferenciada dos mais variados contextos. E para que uma gestão seja diferenciada, com ações pedagógicas inclusivas é preciso que a escola estabeleça uma filosofia baseada nos princípios democráticos e igualitários de inclusão, de inserção e a provisão de uma educação de qualidade para todos os alunos.

O recurso estabelecido para obter uma inclusão social ativa, é de suma importância à ação social. A escola tem que investir em métodos, práticas, teorias, conhecimentos, estruturas, ou seja, tudo voltado à alfabetização.

Os alunos com TEA quando estimulados adequadamente, como por exemplo, por meio de músicas, desenhos, dramatizações e técnicas de rabiscação desenvolvem a psicomotricidade necessária para a escrita.

Carrera *et al* Garcia (1997), destaca que para a aprendizagem da escrita se faz necessário saber os seguintes aspectos:

- Muitas crianças autistas tem problemas com o controle motor de suas mãos, escrever bem com letra cursiva é muito difícil. Isso pode ser frustrante. Para evitar a frustração deixe o escrever no computador a digitação é mais fácil.
- Crianças não verbais vão encontrar mais facilidade na associação de palavras com fotos. Alguns não entenderam desenhos lineares, por isso é melhor trabalhar com objetos reais e fotos primeiro, ambos devem estar do mesmo lado no cartão.
- Em relação à memória muitos autistas tem dificuldade em decorar sequência.
- Evite instruções verbais longas. Se puder leia, escreva as instruções em um pedaço de papel. Isso vale para as que tem mais de três passos.
- As sequências são muito difíceis para autistas com autismo grave. As vezes eles não entendem que quando o trabalho é apresentado tem uma serie de etapas.
- Pode ser ensinado também colocando as mãos acima das mãos da criança e mover as mãos da criança sobre seu pé, de maneira que faça sentir e compreender o formato do seu pé.
- Todas estas situações habilita a criança na condição da aprendizagem da escrita.

A partir desse momento, o professor deve pedir aos pais dessas crianças que leiam bastante para elas determinada história, pois eles têm que sabê-la de cor.

Na sala de aula, o professor pegará a mesma história lida pelos pais ao aluno autista e desenvolverá um trabalho com as suas figuras. As figuras serão mostradas, passando o dedo da criança sob as palavras e pedindo a ela para que aponte onde estão as figuras e onde estão as letras.

Revela-se também que a permanência da inclusão social dos alunos com TEA, requer valores, políticas, conceitos e princípios, para gerar o processo de inserção nas escolas, para que desenvolva um aluno competente individualmente e socialmente, com uma consciência voltada para do mundo atual.

Segundo Paula (2005):

É importante que os educadores estejam participantes nesta perspectiva inclusiva de educação, pois se tornarão mais sensíveis e aprenderão a lidar com as diferenças individuais, compreendendo e respeitando-as. E a relação com os alunos autistas tornaria uma

experiência muito gratificante, podendo trazer grandes benefícios ao desenvolvimento de habilidades sociais.

Consideremos que, Neves e Lemos (2008, p. 29) complementam a discussão porque ressaltam:

Depois de tantas lutas e conquistas no setor educacional, hoje este setor tem como papel fundamental o acesso ao conhecimento, possibilitando que as pessoas possam ter oportunidade e autonomia de participar das políticas e lutar pelos seus direitos, podendo dizer assim, que atualmente a educação, pensando em nosso país, pode ser considerada como uma política social que tem como compromisso a garantia dos direitos do cidadão.

O governo espera conseguir ampliar o número de crianças autistas na rede regular de ensino, garantindo a participação e convivência com os demais alunos, superando o isolamento destas em classes especiais, fortalecendo o direito à diversidade humana, portanto, a educação inclusiva é aquela que traz para o quadro educativo regular a criança e o adolescente com deficiência, dando a ele todo o suporte necessário a um aprendizado de qualidade (BUSTI, 2005).

Para uma escola ser inclusiva, ela deve atentar-se ao fato de não fazer distinção entre pessoas autistas e pessoas definidas como 'normais', uma vez que a escola deve dar respostas educativas ao aluno durante todo processo de escolarização, oferecendo ainda uma educação que atenda às peculiaridades de cada educando, que o ensine a ser um cidadão e o prepare para o mercado de trabalho.

Busti (2005) cita a diferença entre integrar e incluir, onde integrar é apenas aceitar a matrícula do aluno com deficiência na escola regular, depois que este já passou por uma prévia preparação de uma escola especial, e com isso se tornou apto a conviver com aluno não deficiente. A escola que assim procede está exercendo a integração social, pois submetem seus alunos diferentes a se adaptarem ao quadro pedagógico já existente na escola.

Uma escola regular nunca deve fazer uma segregação entre pessoas com deficiência, como os autistas; e pessoas 'normais', o Estado deverá capacitar e treinar professores para trabalhar na escola inclusiva, adaptar todo o complexo arquitetônico do espaço escolar, para que a pessoa com deficiência se locomova com facilidade a todos os lugares dentro da escola, onde pode colocar rampas ao

invés de escadas, banheiros planejados, retirada de obstáculos como degraus, entre outras adaptações onde o deficiente possa ter acessibilidade dentro da escola.

De acordo com as orientações SD nº 01/2005:

Orienta o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiências e condutas típicas; a Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação, nos termos da Resolução SEE nº 01, publicada em 24/01/92.

Enfatiza-se que com toda essa mudança na escola regular a criança autista e sentirá melhor entre os outros alunos, ou seja, não sentirá constrangida e devido a isso ela se mostrará mais entusiasmado com a escola e seus colegas, trazendo um grande efeito para o seu tratamento. Uma vez que uma escola regular inclusiva, onde não haja preconceito e discriminação a criança autista terá um grande avanço em se tratando de seus direitos, onde muitos ficam apenas no papel e, portanto não são concretizados (CERTEZA, 2010).

É de grande importância a postura do educador em relação às diferenças de seus alunos, apresentando oportunidades de construção do conhecimento e respeitando o ritmo próprio de cada um. Essa postura pode ser considerada um primeiro passo para se instalar a inclusão.

Ao mesmo tempo, o professor precisa lembrar-se de desafiar os alunos com deficiência para uma aprendizagem maior introduzindo o desconhecido no programa. Isto faz com que as crianças se tornem conscientes do mundo à sua volta e das possibilidades de manter olhos e ouvidos abertos para novas descobertas e novos achados. Segundo Certeza (2010, p. 5),

[...] satisfazer esta responsabilidade é um desafio, fazê-la bem, torna digno o ensinar e estará promovendo com responsabilidade e consciência o processo de inclusão na sala de aula e despertando nas outras crianças o senso de respeito às diferenças, solidariedade e cooperativismo.

O manejo eficiente da classe é algo essencial para um ensino de qualidade. Os professores de turmas inclusivas podem ter proveito, aumentando seu repertório de habilidades de manejo de conteúdo, regras e conduta, e fortalecendo essas habilidades para ensinar mais eficientemente a todas as crianças. Entretanto como afirma Guimarães (2002, p. 39),

[...] o eixo norteador da educação inclusiva é a atenção a diversidade. O respeito e valorização a diversidade dos alunos exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento das relações, envolvendo seus profissionais em um processo de discussão, estudo e reflexão sobre a inclusão. Não basta simplesmente colocar o aluno na escola e simplesmente dar condições de acesso e permanência com sucesso em todo o fluxo de escolarização.

Ensinar a turma toda é promover situações de aprendizagem que originam expressões de interpretação, de entendimento de aprender em grupo e cooperativamente, promovendo tanto o desenvolvimento social, o cognitivo, o moral, como a aprendizagem da criança autista.

Desse modo, o aluno autista, como qualquer outro aluno, é movido pelo desejo de conhecer e de atuar sobre si mesmo e sobre o ambiente social.

É importante que a escola compreenda que não é suficiente que somente o professor da criança autista tenha informações de como proceder junto a ela. A comunidade escolar, como o diretor, educadores, funcionários de apoio e responsáveis pelos alunos também devem saber como proceder com esse aluno.

A educação tem que oferecer a todos os alunos não só o acesso às oportunidades educacionais, como também uma educação de qualidade, garantindo-a como direito a jornada da dignidade do ser humano e apontar para a construção de uma sociedade justa.

O importante é valorizar os alunos com deficiência como sujeitos do saber, das possibilidades e dos limites, sem subestimá-los diante do que podem, chegar a desenvolver. Porque, de acordo com Vygotsky et al. (2004, p. 32), “a educação para essas crianças deveria se basear na organização especial de suas funções e em suas características mais positivas, ao invés de se basearem em seus aspectos mais deficitários”.

O fundamental é que o preconceito seja exterminado, para que o professor trabalhe com o que o aluno tem de melhor, além disso, deve crer em suas possibilidades e apoiar o trabalho no seu desenvolvimento diário. Deve-se abandonar a ideia de que, para a criança com deficiência, a aprendizagem consiste apenas em atividades diárias, como higiene pessoal, modos de portar-se ou amarrar um cadarço de sapato; sendo que esses princípios não são condizentes aos de uma escola regular que queira ser inclusiva.

“A professora que tem em sua sala de aula inclusiva um aluno com TEA pode desenvolver atividades, sempre respeitando suas potencialidades e limites” (CERTEZA, 2010, p.5). O importante é fazer com que o aluno consiga:

- Socializar-se (manter contato visual; manifestar interesse por objetos e pelo ambiente, aceitar contato físico);
- Comunicar-se (responder e imitar gestos; atender comandos simples, reconhecer e apontar objetos e figuras; emitir palavras isoladas, designando necessidades; dizer seu próprio nome);
- Ter cuidados pessoais (alimentar-se e vestir-se sozinho; mastigar e engolir corretamente; fazer uso do banheiro adequadamente);
- Adquirir cognição (procurar objetos, que estejam fora da sua linha de visão; discriminação semelhantes e diferenças; folhear livros e revistas; montar e desmontar brinquedos; perceber partes e o todo em objetos, gravuras e desenhos; escrever o nome);
- Realizar atividades motoras (arremessar objetos; dar pontapés numa bola, por exemplo; dominar os movimentos e a coordenação de vários membros alternadamente; dançar e/ou cantar, realizar movimentos coordenados de mãos e dedos) (ANDRADE, 2010, p. 9).

4 METODOLOGIA

4.1 MÉTODO DE ABORDAGEM

Neste trabalho realizamos o uso da pesquisa de cunho qualitativo, de abordagem dedutiva a fim de descrever o objeto pesquisado.

Segundo Soares (2003, p.23), “a essências da dedução está na relação lógica estabelecida entre as proposições e a conclusão”, acrescentando que isso ocorre, “de tal maneira que, ao se admitir as premissas, deve-se admitir também a conclusão”. Essa afirmação baseia-se, segundo ele, na regra lógica: “se as premissas são verdadeiras, então a conclusão deve ser verdadeira”.

No primeiro momento realizamos um estudo bibliográfico de natureza qualitativa com o intuito de responder as indagações dos objetivos elaborados.

O tema abordado é de grande importância, pois tem o propósito de analisar e conhecer que como qualquer outra criança, ela tem capacidade de aprender, tendo o apoio do professor e dos alunos no âmbito escolar, que procuraremos por autores e obras de forma que discutam o tema abordado.

4.2 TIPO DE PESQUISA

Foi feito uma pesquisa descritiva, com os educando com TEA, usando método qualitativo, pois segundo Minayo (2010, p.57) afirma que:

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmo, sentem e pensam.

Desenvolver uma pesquisa onde possa se ter a reflexão dos dados explícitos sobre dimensão pedagógica, tendo um potencial na melhoria da qualidade da educação dos educandos com necessidades especiais.

4.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA DE DADOS

Como instrumento de coleta de utilizamos o uso da entrevista. “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (MARCONI,1996,p.70).

Finalmente, com os dados contidos pode se ter uma inter-relação das entrevistas com obras dos autores sendo crítico e objetivando superar, assim as contradições.

4.4 LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em dois municípios brasileiros do estado de Minas Gerais, situando na microrregião de São Sebastião do Paraíso.

4.5 AMOSTRAGEM QUALITATIVA

A amostra é de forma intencional, trazendo parte do contexto pessoal e social que nos rodeia. Gonçalves (2005, p.121) corrobora afirmando que “concluída a seleção da amostra, a pesquisa direciona-se para a coleta de dados e para o uso de técnicas de pesquisa voltadas à obtenção de material relevante sobre o assunto da investigação”.

Realizamos uma pesquisa com os pais de uma criança de 12 anos, que já esta incluída no sistema regular de ensino, hoje esta no 6° ano, e terá como foco enfatizar como ela foi incluída, o processo e quais foram às dificuldades que eles encontraram para que seu filho fosse aceito em uma escola pública e regular.

Na mesma escola foi realizada a pesquisa com o professor do aluno incluído, e foi focado no trabalho pedagógico, como são passados os conteúdos para o aluno e quais as dificuldades que ela encontrou ou ainda encontra dentro de sala.

A segunda pesquisa realizada com um autista que estudou na escola especial, e depois na regular, enfatizamos como foi o seu processo de inclusão e sua inserção no mercado de trabalho.

Realizamos uma pesquisa com a gestora do aluno incluído, e também com a professora auxiliar que ficava de apoio com o aluno o tempo todo.

4.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Para a realização da pesquisa, que envolve seres humanos, o projeto de pesquisa será encaminhado ao Núcleo Interno de Pesquisa – NIP da Faculdade Calafiori para ser avaliado, acompanhado de um protocolo de Consentimento Livre Consentido.

4.7 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Os dados serão avaliados através de análise de conteúdo que será realizada mediante os seguintes aspectos propostos por Bardin (2004, p. 89): “(1) a pré-análise; (2) a exploração do material; (3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A apresentação e a análise dos resultados desta pesquisa são retratados em dois itens. No item 5.1, destacado a seguir, é feita a apresentação dos participantes das entrevistas, retratando-os de forma singular com o intuito de situá-los como agentes que, de diferentes formas, atuam e interferem no processo de inclusão do autista no sistema regular de ensino de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais.

Posteriormente, no item 5.2, ainda neste capítulo, são apresentadas e discutidas as questões apresentadas aos entrevistados, além do que a análise das mesmas, buscando assim, respostas aos questionamentos que orientaram todo o trabalho.

5.1 APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Buscamos delinear o perfil dos participantes com o objetivo de verificar se há dificuldades entre os professores das redes públicas de ensino quanto ao processo de inclusão do autista, expondo características profissionais e pessoais que influenciam no desenvolvimento de uma aula satisfatória e de uma vida de qualidade para o grupo classe. Assim entrevistamos um Professor Regente e um Professor de Apoio, sendo que também foi incluso neste perfil os pais de uma pessoa com TEA e uma pessoa com TEA para verificar o outro lado, não só educacional, mas do dia a dia destes como convivem na rotina diante de preconceitos, conflitos e discriminações.

Para preservar a identidade das mesmas foram atribuídas categorias fictícias à cada uma delas.

5.1.1 Professora Regente

A professora entrevistada está há 29 anos no magistério e exatamente neste cargo: regente de sala de 5º ano. É graduada em Pedagogia, pós-graduada em Psicopedagogia e em Educação Especial.

Atualmente tem um aluno com TEA na sala, mas também já trabalhou com aluno “*com TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade*” (PROFESSORA REGENTE).

5.1.2 Professora de Apoio

A professora de apoio deu início ao seu trabalho no início de 2013 em uma Escola Municipal do Município de São Tomás de Aquino, Minas Gerais, trabalhando como professora auxiliar de um aluno com TEA do sexo masculino de 13 anos de idade, em uma sala com 27 alunos e uma regente do 5º ano.

Com base no artigo 13, IV, da Lei 9.394/96 que surgiu este profissional: “Com este profissional pressupõe-se um atendimento mais individualizado, subsidiado com recursos técnicos, tecnológicos e/ou materiais, além de códigos e linguagens mais adequadas às diferentes situações de aprendizagem” (DELIBERAÇÃO, 2003, p. 20).

No final do relato desta profissional, a mesma deixa uma mensagem: “*Adorava brincar com seu interior e com seu mundo, o aluno deixou um aprendizado enorme para todos da escola com sua facilidade, coragem de enfrentar as situações do seu dia-a-dia, nós ensinou coisas que jamais serão esquecidas o aluno deixou marcas e muitas saudade após sua mudança para Rondônia*” (PROFESSORA DE APOIO).

5.1.3 Pais do TEA incluído

A mãe, a qual se realizou a entrevista tem aproximadamente 36 anos, possui o Curso Básico.

Declarou que sua gestação foi absolutamente normal e que não houve nenhum exame específico, durante o pré natal que diagnosticasse a saúde de seu filho. Também nos disse o seguinte: “*Penso e espero que ele se dê bem, ele merece muito, torço para que ele seja um arquiteto ou desenhista, pois adora desenhar o mundo da maneira que ele vê*” (MÃE DO TEA INCLUÍDO).

5.1.4 Pessoa com TEA Incluída no Mercado de Trabalho

Fernando (nome fictício) é pessoa de 34 anos de idade, que trabalha como locutor de rádio e sonha em fazer uma faculdade. Ele é extremamente amável e entusiasta com a vida. É um garoto bem resolvido: *“Gostei muito de participar desta entrevista e quero dizer a todos que vocês devem dar mais oportunidades e respeitar mais as pessoas especiais, todos nós temos dificuldades em alguma coisa, ninguém é perfeito”* (PESSOA COM TEA INCLUIDA NO MERCADO DE TRABALHO).

5.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Tomando as falas dos participantes, para estabelecer as significâncias, foram constituídas as categorias de análise. Estas são entendidas como marcos de reflexão, sempre considerando os objetivos propostos para esta pesquisa. Dessa forma, foram constituídas duas categorias, sendo que ambas se desdobraram em subcategorias, conforme pode ser observado a seguir.

Categoria 1 INCLUSÃO, VIDA SOCIAL E EXPECTATIVAS PARA O FUTURO

- Momento do diagnóstico autista e orientações recebidas*
- O trabalho pedagógico e a inclusão*
- Atendimento especializado*
- Inclusão no âmbito regular de ensino*

Categoria 2 AUTONOMIA, A BUSCA DE DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM TEA

- Participação social, escolar e profissional.*
- Preconceitos no âmbito familiar, escolar e social.*

Assim, passa-se as análises dos dados, em que a fala dos participantes da pesquisa estarão em itálico inclinado para diferenciar da citação de autores.

5.2.1 Inclusão, Vida Social e Expectativas para o Futuro

- Momento do diagnóstico autista e orientações recebidas

Como se pode ver abaixo, segundo relatos de um autista, o diagnóstico dele foi dado quando ele era criança. Ele não gostava de frequentar as aulas e sempre ouvia dos educadores que ele deveria ir para as escolas especiais. Foi alfabetizado na AMA, e com o tempo foi para a escola regular, onde ele fez o EJA.

Já os pais de um TEA que está no processo de inclusão de uma escola regular, nos contou que o filho teve o diagnóstico por volta de 7/8 anos de idade, pois mesmo ele frequentando a APAE seu diagnóstico naquele momento ainda não era definitivo e conclusivo. Assim, ele foi para a AMA, encaminhado por uma psicóloga, onde se caracterizou como tendo o TEA.

Eu não me lembro como isto ocorreu, mas quando eu era pequeno eu não gostava de ir para a escola normal, pois nela tinha muitos alunos dentro de uma sala, as professoras diziam que eu tinha que ir para a escola especial, aí estudei na APAE um tempo, e depois fui encaminhado para a AMA, lá eu aprendi a ler, escrever e me alfabetizei com a professora Cida Pimenta (falecida), depois vendo minha capacidade de aprender mais fui encaminhado para a escola regular, onde fiz o EJA (PESSOA COM TEA INCLUIDA NO MERCADO DE TRABALHO).

Quando ele tinha três anos, ele não falava, como ele ficava na creche, eles me orientaram a procurar um especialista (PAIS DO TEA INCLUÍDO).

Aproximadamente aos 7/8 anos ele começou a ser atendido na APAE, uma psicóloga me orientou a AMA para o João (Nome fictício) fazer uma avaliação porque ele apresentava algumas características de um autista (PAIS DO TEA INCLUÍDO).

O autismo é diagnosticado por um médico neuropediatra, psicólogo ou mesmo psiquiatra especializado, além de uma equipe multidisciplinar, dotando de medidas diagnósticas específicas. Aqui, no caso, o garoto foi diagnosticado com TEA por uma psicóloga.

Esse diagnóstico foi suscitado de TEA por seu comportamento, pois aos três anos, João (nome fictício) ainda não falava. Coll (2002) traz que realmente, na maioria das vezes, o diagnóstico ainda é realizado averiguando somente o

comportamento; ou seja, se é identificado no aluno a tríade de dificuldades: em comunicação, integração social e imaginação.

De acordo com fontes de pesquisa como Camargos (2005, p. 36), “o diagnóstico pode ser dado com a criança ainda pequena, por volta dos dois anos, ou já entre cinco e seis anos.”

Portanto, seguindo a idade destacada na entrevista com os pais de João, o diagnóstico do mesmo foi tardio, pois foi na idade entre 7/8 anos de idade.

- O trabalho pedagógico e a inclusão

Para a Professora Regente a inclusão é o processo que o governo utiliza para fazer com que a sociedade se torne mais justa, menos desigual, mas desde que bem trabalhada entre família/escola. Esta profissional nos informa que, infelizmente o preconceito, a falta de socialização vem da própria família da pessoa com TEA.

Seria uma forma de aproximar o mais capaz do menos capaz, para que aprenda com a diferença do outro, é uma tentativa do governo formar uma sociedade menos desigual. Isso quando bem trabalhado (família e escola) acredito que surja um bom resultado, mas na maioria dos casos o problema de socialização já vem da família que trata o filho como inferior, já o faz pensar que é incapaz (PROFESSORA REGENTE).

De acordo com Serra (2010, p. 46),

[...] os sentimentos da família sobre a deficiência de seus filhos são cíclicos e podem transitar entre a aceitação e a negação, especialmente nas mudanças de fases da criança. Por exemplo, quando o filho entra na adolescência, é comum os pais o compararem com os demais jovens, e, na maioria das vezes, o resultado dessa comparação é negativo, enfatizando apenas o que ele não é capaz de fazer, desconsiderando o quanto já evoluiu.

Quando a criança com TEA chega à escola o trabalho a ser realizado com ela, logo de início é elevar a sua auto estima, para mostrar a ela do que ela é capaz, além do que lhe dar segurança para que a mesma se desenvolva.

Elevar auto estima mostrando que acredita no seu potencial, passar a segurança e a confiança que a criança precisa para seu desenvolvimento (PROFESSORA REGENTE).

Nesse sentido, o principal objetivo que não pode faltar na escola regular, é despertar no aluno o desejo de desenvolver sua auto estima, pois assim, poderá trabalhar com individualismo e em seguida dar continuidade ao processo de aprendizado, para aprimorar seu relacionamento com a sociedade e conseqüentemente aperfeiçoar a sua comunicação.

De acordo com Paula (2005), a inclusão é uma qualidade de ensino. São exigidos da escola atual, novos ensinamentos e desenvolvimentos, que possibilitam condições e aperfeiçoamento das ações pedagógicas, e devem observar as diversas dificuldades dos alunos, incentivando ao ensino, mas com um ritmo e estilo acompanhando os diferentes casos, assegurando de qualidade, atendendo as demandas que ali vivenciam.

Quanto a estrutura física da escola, segundo a Professora Regente, o prédio é bem preparado com salas recursos e orientações sobre o trabalho pedagógico a ser realizado com as crianças com dificuldades. Além do que há o auxílio do professor monitor para facilitar o trabalho com a criança de forma individualizada.

Sim. O prédio é preparado para receber as crianças com especiais, possui salas de recursos para trabalhar as dificuldades duas vezes por semana passando orientações para o professor regente da turma e ouvindo as observações de sala de aula. Respeitando o tempo de cada aluno para aprendizado e oferecendo meios para que o desenvolvimento aconteça. O professor conta com ajuda monitor para facilitar o trabalho com a criança individualizado (PROFESSORA REGENTE).

Assim, não há dúvidas de que só ocorrerá de fato uma escola inclusiva aos moldes verdadeiros no dia em que toda a equipe pedagógica estiver preparada para acolher as diversas deficiências respeitando a capacidade cognitiva, biológica, comunitária do aluno autista.

O professor de apoio nos informou que de início o comportamento do aluno com TEA era de total insegurança para realizar qualquer atividade, além do que não gostava de ficar na sala de aula.

Em fevereiro percebi que o comportamento do aluno espectro autista não apresentava autoconfiança, não gostava de ficar na sala de aula, quando ele foi se apegando e conquistando sua confiança ele já ficava na sala de aula ele requisitava da minha presença para obter suas atividades (PROFESSORA DE APOIO).

Assim, em meio a esse fato, é o correto que o professor realize uma avaliação diagnóstica, um trabalho com a criança autista que está entrando pela primeira vez em um ambiente escolar regular. De início não será uma tarefa fácil, mas para este aluno aprender de uma forma significativa, o professor deve ter uma boa interação com ele.

Depois, dessas observações, o professor terá subsídios para elaboração do plano individual de ensino, currículo e formas de avaliação e análise qualitativa do desenvolvimento.

Todo esse procedimento deu certo, tanto que no final das aulas, como relatou a Professora de apoio ocorreu o seguinte:

No final do ano na sua formatura ele saiu correndo na entrada junto dos seus colegas, tive que ir atrás dele no banheiro e logo entrei com ele tive que sentar ao seu lado na formatura, pois ele sentia seguro ao meio do barulho (PROFESSORA DE APOIO).

Assim, após todo um trabalho bem estruturado e realizado, João se sentiu mais seguro ao lado da Professora de Apoio.

Entretanto, não é apenas incluir a criança autista na escola regular que é perpetuado em Lei, o trabalho realizado com ela. Assim, o trabalho com o aluno autista deve envolver todo o grupo escolar, e também profissionais da saúde como psicólogos, assistentes sociais e principalmente a família que é muito importante na hora de fazer a avaliação da criança

- Atendimento especializado

Fernando retratou que foi em uma escola especial, de início, que ele obteve habilidades para se desenvolver.

Foi na AMA que aprendi que eu tinha capacidade para outras habilidades, pois lá elas me incentivaram ao máximo no que eu gostava, e não deixaram eu desanimar na minha caminhada. (PESSOA COM TEA INCLUIDA NO MERCADO DE TRABALHO).

Em 1998, a presença dessas crianças, no período, denominadas portadoras de necessidades especiais era praticamente limitada às escolas de ensino especial. Estas concentravam exatos 99,2% do total de matrículas, segundo o Censo Escolar

daquele ano, todavia os tempos são outros, prova disso é o Censo Escolar de 2006, que mostra a queda de matrículas na rede de ensino especial: 53,5% (Gisele, 2007).

- Inclusão no âmbito regular de ensino

Incluir o autista no sistema regular de ensino hoje é fundamentado na Lei 12.764/2012, que institui a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

Artigo 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:
 [...]

 III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo;
 [...]

 b) o atendimento multiprofissional;
 [...]

 IV - o acesso:
 a) à educação e ao ensino profissionalizante;
 [...]

Artigo 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos (BRASIL, 2012).

Entretanto, como já dito, não é apenas incluir a criança autista na escola regular que é perpetuado em Lei, o trabalho realizado com ela deve ser bem estruturado para que haja a verdadeira inclusão.

Busti (2005) cita a diferença entre integrar e incluir, onde integrar é apenas aceitar a matrícula do aluno com deficiência na escola regular, depois que este já passou por uma prévia preparação de uma escola especial, e com isso se tornou apto a conviver com aluno não deficiente. A escola que assim procede está exercendo a integração social, pois submetem seus alunos diferentes a se adaptarem ao quadro pedagógico já existente na escola.

De acordo com a Professora Regente, no início qualquer criança com deficiência é extremamente insegura, tímida:

No início apresentam-se tímidos, inseguros, mas com o passar do tempo a socialização acontece naturalmente, querem ajudá-lo, fazendo com que participe de trabalhos em grupo e dinâmicas (PROFESSORA REGENTE).

A declaração, também da Professora de Apoio também aponta tais dizeres da Professora Regente:

O aluno tinha uma rotina e não gostava de forma alguma ser mudada, não gostava de participar do hino nacional por causa do barulho das caixas de som, entrávamos na sala de aula ele sentava na fileira do lado direito da parede no ultimo lugar, ele era uma criança encantadora adorava apontar seus lápis de cor e deixar com as pontas maravilhosas e fazia o traçado da letra corretamente, sabia a hora do recreio e sempre quando acabava e dava o sinal era hora de mexer no computador da sala dos professores e ver vinhetas da globo, comerciais e adorava turma da Mônica, tinha meia hora para ficar no computador e depois voltamos para sala e retornávamos as atividades (PROFESSORA DE APOIO).

Mas com o tempo, trabalhos realizados e a escola possuir profissionais acolhedores, a Professora Regente destaca que:

Na escola em que trabalho no momento o ambiente é acolhedor, ele se relaciona com todos os funcionários (PROFESSORA REGENTE).

Assim, na inclusão no âmbito regular de ensino, o importante é fazer com que o aluno consiga:

- Socializar-se (manter contato visual; manifestar interesse por objetos e pelo ambiente, aceitar contato físico);
- Comunicar-se (responder e imitar gestos; atender comandos simples, reconhecer e apontar objetos e figuras; emitir palavras isoladas, designando necessidades; dizer seu próprio nome) [...] (ANDRADE, 2010, p. 9).

Já Fernando disse que nunca teve dificuldades em estar se socializando na escola:

Eu não tive nenhuma dificuldade, todos na escola me receberam com muito carinho, aprendi muito lá (PESSOA COM TEA INCLUIDA NO MERCADO DE TRABALHO).

Um dos maiores deveres do educador é a de ser mediador na vida dos alunos através da reflexão e da ação, advindas de estratégias pedagógicas para o bem comum. Cada vez mais crianças autistas chegam às escolas regulares; por isso, os educadores necessitam pesquisar novas metodologias pedagógicas e diversificadas, facilitadoras e produtivas para a construção do conhecimento e de uma melhor qualidade de vida para as mesmas.

5.2.2 Autonomia, a Busca de Desenvolvimento do Aluno com TEA

- Participação social, escolar e profissional

A participação da pessoa com TEA socialmente, na educação e profissionalmente é de extrema importância para que a mesma tenha qualidade de vida.

Fernando o nosso entrevistado que se encontra no mercado de trabalho, desde adolescente, e hoje trabalha como locutor revela:

Eu trabalho desde os meus 15 anos, já fiz muitas coisas, trabalhei no mercadinho, já peguei reciclado, ajudei como voluntário na AMA, e hoje trabalho na rádio APAR/FM, sou muito feliz lá, quem me deu esta oportunidade para fazer os programas na rádio foi o Mauro Pimenta, que é voluntário da inclusão dando a oportunidade das entidades AMA a APAE, terem uma vez por semana o programa na rádio com a participação dos alunos, mostrando o talento e a capacidade de todos (PESSOA COM TEA INCLUIDA NO MERCADO DE TRABALHO).

Tudo isso, graças à educação que teve ser bem estruturada, e acima de tudo realmente inclusiva: Para uma escola ser inclusiva, ela deve atentar-se ao fato de não fazer distinção entre pessoas autistas e pessoas definidas como 'normais', uma vez que a escola deve dar respostas educativas ao aluno durante todo processo de escolarização, oferecendo ainda uma educação que atenda às peculiaridades de cada educando, que o ensine a ser um cidadão e o prepare para o mercado de trabalho.

Outra questão também percebida é que atualmente, o mercado de trabalho está mais conscientizado e sensibilizado sobre a questão da deficiência. E com tal atitude, faz com que essas pessoas, se tornem cada vez mais participativas e procurando interagir de forma mais ampla na sociedade:

Eu pretendo estudar mais e ser um locutor de rádio, com um diploma de faculdade (PESSOA COM TEA INCLUIDA NO MERCADO DE TRABALHO).

Como se vê, Fernando está integrado socialmente e profissionalmente, além de querer cursar uma faculdade. Desta forma, a Professora de Apoio de João também comenta a participação deste na escola, de forma bem efetiva:

O aluno espectro autista apresentava uma habilidade e um talento aos desenhos e todos eles tinha formatos da caricatura dos personagens do Mauricio de Souza era um admirador graças ao incentivo oferecido pela família e a escola (gibis, filmes).

As aulas de inglês ele interagiu muito sabia as cores, alfabeto e animais, nas aulas de redação suas histórias era de gabar, sua escrita ortográfica perfeita não havia erros, matemática sabia tabuada de cor um bom raciocínio ao resolver situações desafiadoras, porém resistente a seguir um padrão regular de aprendizagem.

Ele apresentou-se um aluno comprometido, ácido, cuidadoso com seus matérias escolares e com as tarefas de casa, sempre contando com uma família participativa e preocupada com seu desenvolvimento.

Nas aulas de educação física ele não participava das brincadeiras pois não gostava de atividades que exigia contato físico e competição entre os colegas, ele preferia correr sozinho e brincar de assustar as pessoas.

Uma criança meiga que todos os dias chegava à escola e dava um beijo na testa e perguntava como foi seu dia, o que iria estudar na faculdade, como foi seu final de semana, tinha um convívio bom com todos funcionários da escola, era uma criança independente ia ao banheiro sozinho entrava e fechava a porta com mesmo hábito que ele tinha em casa, após usar o banheiro ele deitava em frente a porta para ver se eu estava esperando ele do lado de fora (PROFESSORA DE APOIO).

Uma vez que uma escola regular inclusiva, onde não haja preconceito e discriminação a criança autista terá um grande avanço em se tratando de seus direitos [...] (CERTEZA, 2010).

- Preconceitos no âmbito familiar, escolar e social

Fernando diz não sofrer preconceito na sociedade:

Não, graças a Deus todos me tratam muito bem. Não percebo que tem preconceito do jeito que eu sou na sociedade (PESSOA COM TEA INCLUIDA NO MERCADO DE TRABALHO).

Já os pais de João comentam que não há preconceito na família, mas que na sociedade, o filho é alvo de discriminação. Veja:

Foi normal, eu já esperava algo assim, ele já havia passado por vários médicos pediatras que achavam também que poderia ser. Desde então eu e meu marido começamos a ter atendimentos com uma psicóloga para aprendermos lidar e aceitar mais o nosso filho, procurando entendê-lo melhor (PAIS DO TEA INCLUÍDO).

Sim percebo isso na escola e na rua, as pessoas não conhecem e outras até conhecem mais não respeitam, elas riam da sua situação e de suas atitudes (PAIS DO TEA INCLUÍDO).

Tudo indica que a sociedade rotula o homem e observa as pessoas de acordo com essa visão, e seu modo de pensar. E esquece que vivemos em um espaço no qual há homens diversos e cada um com sua cultura, diferença e hábitos.

6 CONCLUSÃO

Esboçado no decorrer deste trabalho pode-se perceber a trajetória da educação inclusiva

A inserção da pessoa com deficiência na escola regular traz importantes aspectos: o aprendizado da convivência com os colegas de classe, com o professor e conseqüentemente com a sociedade, com possibilidades, posteriormente, que esta inclusão se dê também no mercado de trabalho e na conquista da independência financeira.

Os professores precisam ser e estar capacitados, com formação para conviver e lecionar para as pessoas com deficiência. Destaca-se ainda que esta capacitação perpassa não somente os professores, mas todos os profissionais que trabalham diretamente com o indivíduo com deficiência. Aliado a isso, seria extremamente importante que no ambiente escolar público outros profissionais, entre eles, assistentes sociais e psicólogos fizessem parte da rotina escolar.

Como foi visto, a questão legal quanto à inclusão das pessoas com deficiência está constituída no Brasil. A Constituição Federal de 1988 traz, a educação como o direito primordial para todo cidadão e garante, assim, às pessoas com deficiência, o acesso à rede regular de ensino, seja ela pública ou privada, desde a pré-escola até a universidade, ressaltando a possibilidade de atendimento especializado, se necessário.

O ECA também traz a educação de todas as crianças e adolescentes, onde determina a igualdade de condições para o acesso e permanência da escola.

A Declaração de Salamanca de 1994 traz o compromisso com uma educação para todos, proporcionando oportunidades iguais a todos.

A LDB de 20 de dezembro de 1996, que estabelece, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular, para educandos com deficiência.

Portanto, esta escola idealizada, justa e democrática, deve educar qualquer criança ou jovem, mesmo que ele não possa ver, ouvir, falar, andar, viver em seu 'mundo' como no caso do aluno com TEA, permitindo o convívio das pessoas com deficiência com outros colegas, sem esconder sua diferença.

Realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, de abordagem dedutiva a fim de descrever o objeto pesquisado, que foram separados em duas categorias de

análise: 1) Inclusão, Vida Social e Expectativas para o Futuro e 2) Autonomia, a Busca de Desenvolvimento do Aluno com TEA em que analisamos as respostas fornecidas pelos participantes da pesquisa.

Os participantes da pesquisa foram um Professor Regente e um Professor de Apoio, sendo que também foi incluso neste perfil os pais de uma pessoa com TEA e uma pessoa com TEA. Nada de negativo pode ser apontado diante da entrevista, pelo contrário todos foram muito compreensivos, educados e participativos em estarem respondendo as questões, além do que fizeram questão em estar divulgando como é o trabalho com uma pessoa com TEA, o convívio com esta, ou mesmo ser uma pessoa com TEA.

Ao se analisar a Categoria 1 podemos perceber que todos estão engajados para que a inclusão realmente dê certo, tanto no depoimento da Professora Regente, como da Professora de Apoio e dos pais da criança com TEA. O ponto que mais nos tocou foi o entusiasmo de Fernando pela vida que vive, apesar das limitações, de não ter a mãe com ele. Foi extremamente gratificante a nós futuras Pedagogas nos depararmos com tal situação. Também foi a questão da parte física e profissional da escola, da qual fizemos as entrevistas com os profissionais, estar em boas condições, para que crianças com deficiência lá sejam integradas corretamente e com qualidade. O diagnóstico de João ter sido tão tardio a ponto dele até aos três anos de idade não falar absolutamente nada, foi um ponto delicado, pois o quanto antes fosse diagnosticado e trabalhado, suas necessidades seriam mais supridas e de forma mais rápidas.

Em se tratando da Categoria 2 podemos certificar que infelizmente a discriminação social com pessoas com TEA ainda existe, como foi relatado pelos pais de João. Entretanto, Fernando disse que nunca sofreu qualquer discriminação nem na escola, nem na sociedade e nem profissionalmente, sendo que o mesmo trabalha desde a adolescência. Assim, há casos e casos, mas a discriminação ainda perdura no nosso tempo.

O processo de inclusão de criança do espectro autismo na rede regular de ensino está sendo bem conduzido tanto profissionalmente, como de forma estrutural; e as perspectivas de desenvolvimento humano e social desses educandos quanto a essas crianças são das melhores, estas são apoiadas e não há discriminação por parte deles, pelo contrário há muito apoio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJURIAGUERRA, J. e MARCELLI, D. **Manual de psicopatologia infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ANDRADE, M. Quebrando o preconceito na sala de aula. **Revista Ciranda da Inclusão**, nº 06, maio de 2010.

APAE. **As figuras PECS**. Disponível em: <<http://apaeconselheirolafaiete.blogspot.com.br/2011/04/novos-videos-da-sala-teacch.html>> Acesso em: 06 jan. 2014.

BAPTISTA, C. R. e BOSA, C., (org). **Autismo e Educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: editora Artmed, 2004.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 06 jan. 2014.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca (1994). **Declaração de Salamanca: Recomendações para a construção de uma escola inclusiva**. Brasília, DF: Senado, 2002.

BRASIL. **Ensaio pedagógico**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BUSTI, M. **Educação Inclusiva**: do novo conceito para a educação a favor dos portadores de necessidades especiais. Passos, 2005.

CAMARGOS, W. Jr. **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento**; 3º milênio. Brasília: CORDE, 2005.

CERTEZA, L. M. Autismo: um arco-íris de possibilidades. **Revista Ciranda da Inclusão**, nº 06, maio de 2010.

COIMBRA, E. das D. de O. **O Desafio De Aceitar E Compreender A Criança Autista (Sob O Olhar Da Teoria Comportamental)**. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/51948/1/o-desafio-de-aceitar-e-compreender-a-crianca-autista--sob-o-olhar-da-teoria-comportamental/pagina1.html#ixzz1lyrirqdz>> Acesso em 07 jan. 2014.

COLL, C; PALACIOS, J; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e educação** - Necessidades Educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 1995.

DOREA, G. Autismo: entendendo este desconhecido. **Revista Ciranda da Inclusão**, nº 17, maio de 2011.

FERREIRA, W. B. Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? **Revista da Educação Especial**, São Paulo, 1995.

GISELE, C. Escola Certa. **Sentidos**: A inclusão social da pessoa com deficiência. 42.ed. São Paulo: Áurea, 2007.

GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas**. Porto Alegre: artmed, 2005.

GOYANO, J. G., comportamento e família. **Revista Sentidos**, nº 69, março/abril, 2012.

GUIMARÃES, T. M. **Educação inclusiva**: construindo significados. 2002. Disponível em:< http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv%7B38C9F0FB-2018-4433-93EA-3924EAE5DD2520128295022294%7D.pdf> Acesso em 09 jan. 2014.

JUHLIN, V. Alfabetizando crianças com autismo. In **Revista Autismo**. Número 2, abril de 2012. Disponível em: <<http://www.revistaautismo.com.br/edicao-2/alfabetizando-criancas-com-autismo>> Acesso em 01fev. 2014.

LIMA, M. Mundos Diferentes. **Sentidos**: A inclusão Social da pessoa com deficiência. 47.ed. São Paulo: Escala, 2008.

MARQUES, T. **Autismo**: que intervenção? São Paulo: Papyrus, 2007.

MELLO, A. M. S. R. de. Associação de Amigosdo Autista. **Autismo: guia prático**. 4. ed. São Paulo: Corde, 2004. Disponível em: <http://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/7guia%20pratico.pdf>. Acesso em 01 fev. 2014.

MORAL, A. et al. In **Revista Autismo**. Número 0, setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.revistaautismo.com.br/edic-o-0/o-autismo-e-a-area-educacional>> Acesso em 01 fev. 2014.

MOREIRA, P. S. T. **Autismo: a difícil arte de educar**. Rio Grande do Sul: Universidade Luterana do Brasil – Ulbra – Campus Guaíba, 2005.

NEVES, M.I.A.; LEMOS, V.A.P. **A Inclusão da pessoa com deficiência da rede regular de ensino**. Delfinópolis, 2008.

OESTERREICH, S. B. Educação Especial na Escola Inclusiva. Ciência e Conhecimento – **Revista Eletrônica Da Ulbra São Jerônimo** – vol. 02, São Paulo, 2007.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. **DELIBERAÇÃO N.º 02/03**. Curitiba, 2003.

PAULA, I. L.O. **Avaliação crítica sobre a inclusão escolar dos portadores de necessidades educacionais especiais**. Passos, 2005.

PERES, A. **Sala de recurso: caminhos e descobertas**. Disponível em: <<http://saladerecursoedeli.blogspot.com.br/2011/12/metodo-teacch-modelos-de-atividades.html>> Acesso em 01 fev. 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**, Rio de Janeiro: WVA, 2007.

SERRA, D. **Autismo, Família E Inclusão**. 2010. Disponível em: <<http://www.polemica.uerj.br/ojs/index.php/polemica/article/viewFile/6/8>> Acesso em: 6 jan. 2014.

SOLER, R. **Educação Física inclusiva na escola em busca de uma escola plural**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005

SOUSA, P. M. L. de. **Caracterização da síndrome autista**. 2007. Disponível em: <<http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0259.pdf>> Acesso em: 6 jan. 2014.

TULIMOSCHI, M.E.G.F. **Contextualizando a história dos autistas no Brasil: tendências, funções e dinâmica da estrutura dos serviços nas APAEs**. Brasil: FENAPAES, 2011.

UNESCO (WCEFA). **Declaração mundial de educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1997.

VYGOTSKY, L. S.; LEONTIEV, A.; LURIA, A. R. et al. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. São Paulo: Moraes, 2004.

ANEXOS



PERGUNTAS AO PROFESSOR REGENTE

1 – Há quanto tempo atua no magistério e neste cargo?

2 – Para você o que seria inclusão?

3 – Como receberia um aluno em sua sala sabendo que ele é autista? Comente.

4 – Já trabalhou com alguma outra deficiência em salas regulares? Qual ou quais?

5 – Como é o relacionamento do aluno incluído com os demais alunos e funcionários da escola? Comente.

6 – O trabalho realizado nesta instituição é de acordo com as necessidades do aluno incluído? De que maneira isso acontece?

7 – Como é a participação dos demais alunos em relação ao colega autista? Ocorrem conflitos ou discriminação?



RELATO DA PROFESSORA DE APOIO

No ano de 2013 iniciei meu trabalho na escola municipal do município de São Tomás de Aquino, como professora auxiliar de um aluno espectro autista do sexo masculino de 13 anos de idade, em uma sala com 27 alunos e uma regente do 5º ano.

Em fevereiro percebi que o comportamento do aluno espectro autista não apresentava autoconfiança, não gostava de ficar na sala de aula, quando ele foi se apegando e conquistando sua confiança ele já ficava na sala de aula ele requisitava da minha presença para obter suas atividades.

O aluno tinha uma rotina e não gostava de forma alguma ser mudada, não gostava de participar do hino nacional por causa do barulho das caixas de som, entrávamos na sala de aula ele sentava na fileira do lado direito da parede no último lugar, ele era uma criança encantadora adorava apontar seus lápis de cor e deixar com as pontas maravilhosas e fazia o traçado da letra corretamente, sabia a hora do recreio e sempre quando acabava e dava o sinal era hora de mexer no computador da sala dos professores e ver vinhetas da globo, comerciais e adorava turma da Mônica, tinha meia hora para ficar no computador e depois voltamos para sala e retornávamos as atividades.

O aluno espectro autista apresentava uma habilidade e um talento aos desenhos e todos eles tinham formatos da caricatura dos personagens do Mauricio de Souza era um admirador graças ao incentivo oferecido pela família e a escola (gibis, filmes).

As aulas de inglês ele interagiu muito sabia as cores, alfabeto e animais, nas aulas de redação suas histórias eram de gabarito, sua escrita ortográfica perfeita não havia erros, matemática sabia tabuada de cor um bom raciocínio ao resolver situações desafiadoras, porém resistente a seguir um padrão regular de aprendizagem.

Ele apresentou-se um aluno comprometido, acido, cuidadoso com seus matérias escolares e com as tarefas de casa, sempre contando com uma família participativa e preocupada com seu desenvolvimento.

Nas aulas de educação física ele não participava das brincadeiras pois não gostava de atividades que exigia contato físico e competição entre os colegas, ele preferia correr sozinho e brincar de assustar as pessoas.

Uma criança meiga que todos os dias chegava à escola e dava um beijo na testa e perguntava como foi seu dia, o que iria estudar na faculdade, como foi seu final de semana, tinha um convívio bom com todos funcionários da escola, era uma criança independente ia ao banheiro sozinho entrava e fechava a porta com mesmo habito que ele tinha em casa, após usar o banheiro ele deitava em frente a porta para ver se eu estava esperando ele do lado de fora.

No final do ano na sua formatura ele saiu correndo na entrada junto dos seus colegas, tive que ir atrás dele no banheiro e logo entrei com ele tive que sentar ao seu lado na formatura pois ele sentia seguro ao meio do barulho.

Adorava brincar com seu interior e com seu mundo, o aluno deixou um aprendizado enorme para todos da escola com sua facilidade, coragem de enfrentar as situações do seu dia-a-dia, nós ensinou coisas que jamais serão esquecidas o aluno deixou marcas e muitas saudade após sua mudança para Rondônia.



PERGUNTAS DIRECIONADAS PARA OS PAIS DO ALUNO COM TEA

1 – Como foi a sua gestação?

2- Durante o pré-natal você teve algum exame específico para diagnosticar a saúde de seu filho?

3- Após o nascimento do seu filho, quando você começou a perceber que ele apresentava um comportamento diferente das demais crianças?

4 – Com que idade ele foi pré diagnosticado como autista? Por quem e como?

5 – Como foi a sua reação ao falarem que seu filho poderia ser um autista?

6 – Você percebe se existe algum tipo de preconceito com ele no ambiente social, familiar e escolar?

7 – O que espera do futuro de seu filho?



PERGUNTAS DIRECIONADAS A PESSOA COM TEA

1 – Como você foi diagnosticado com autismo? Você se lembra?

2 – Em qual ambiente você considera ter mais aprendido e preparado para a vida em sociedade?

3 – Quais foram às dificuldades encontradas durante a sua inclusão no sistema regular de ensino?

4 – Sua família o apoiava nos estudos?

5– Com que idade você foi trabalhar? Quem e como descobriram o seu talento como locutor de rádio?

6– Você percebe se existe algum tipo de preconceito com você no ambiente social, familiar e escolar?

7 – O que espera e quais as suas expectativas para o futuro?

8 – Deixe uma mensagem para os leitores deste trabalho monográfico

PARECER DO NIP- CALAFIORI

NÚMERO DESTE PROTOCOLO:

Protocolo de Pesquisa referente ao Projeto n^o

Título do Projeto de Pesquisa: “ A INCUSÃO DO AUTISTA NO SITEMA REGULAR DE ENSINO: uma perspectiva de desenvolvimento educacional e social.”

Nome do Pesquisador Orientador: Prof.^a Ms. Adriana Regina Silva Leite

Nome do(s) Orientado (s): Mariana de Oliveira Souza e Nara Lauren Ferreira de Souza

O projeto tem tema pertinente e que contribui para a ciência no específico assunto.

O estudo tem como objetivo geral: Analisar como vem sendo realizado o processo de inclusão da criança do espectro autismo na rede regular de ensino e quais são as perspectivas de desenvolvimento educacional e social desses educandos.

E como objetivos específicos: - Examinar os aspectos histórico, e comportamental do autista;
- Investigar o processo de inclusão do aluno espectro autista no ensino regular de ensino, didática devem ser aplicadas a fim de melhor proporcionar o seu desenvolvimento pessoal e social;
- Verificar como o conhecimento sistemático oferecido pela escola pode influenciar no desenvolvimento educacional e social do autista.

Aprovado.

Data: ____/____/____

Alessandra Márcia Montanhini

Presidente do NIP- CALAFIORI

TERMO DE PARTICIPAÇÃO E DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido você para participar de uma pesquisa científica intitulada “A INCLUSÃO DO AUTISTA NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO: uma perspectiva de desenvolvimento educacional e social”. Esta pesquisa será realizada com o objetivo de: analisar como vem sendo realizado o processo de inclusão da criança do espectro autismo na rede regular de ensino e quais são as perspectivas de desenvolvimento humano e social desses educandos nesse âmbito. Este projeto é orientado pelo (a) professor (a): Adriana Regina Silva Leite, vinculado à Faculdade Calafiori, da cidade de São Sebastião do Paraíso, MG. Para participar desta pesquisa você somente necessita assinar o presente termo e responder a uma entrevista. Colocamos ainda que seu nome não será divulgado em momento nenhum da pesquisa e nem no processo de divulgação dos resultados finais.

Durante o andamento da pesquisa, você tem total liberdade para esclarecer dúvidas sobre o presente projeto com o orientador da pesquisa através dos telefones: (35) 8811-7278 - Mariana (35) 9701-7583 - Nara. Além disto, poderá estar indo até a Faculdade Calafiori, localizada no seguinte endereço: Av. José Pio de Oliveira, nº 10, Jardim Cidade Industrial, na cidade de São Sebastião do Paraíso, MG.

Caso tenha dúvidas sobre esse acordo ou alguma questão que não tenha sido resolvida, você ainda poderá entrar em contato com a Comissão de Ética da Faculdade Calafiori pelo telefone (35) 3558-6261 ou pelo email: nip@calafiori.edu.br.

ACEITO PARTICIPAR DA PRESENTE PESQUISA:

Nome:
Data:
Cidade: São Tomás de Aquino, MG.
Email:
Assinatura:
Pesquisador: Nara Lauren Ferreira de Souza